

Pedro Castigo

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO DISTRITO DE  
SUSSUNDENGA (1992-1999).**

Dissertação para a obtenção de Licenciatura em Geografia

Supervisora: dr<sup>a</sup> Rosita Alberto

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Maputo, Dezembro de 2000



Pedro Castigo

**ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO DISTRITO DE  
SUSSUNDENGA (1992-1999).**

“Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane”

Supervisora: dr<sup>a</sup> Rosita Alberto

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Maputo, Dezembro de 2000

F. LETRAS U.E.M.	
R. E.	27746
DATA	17/12/00
AQUISIÇÃO	F. Alberto
COTA	6J-8

*Agricultura*

631.153  
C351a

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

---

Pedro Castigo

Dezembro 2000

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, à minha família e amigos que aguardaram este momento com muita expectativa.

## ABREVIATURAS

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- BM – Banco Mundial
- CE – Comissão Europeia
- DDADR – Director Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DINAGECA - Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
- DTA – Departamento de Terra e Águas
- EP2 – Escola Primária do 2º Grau
- II RGPH – Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação
- IIPPA – Instituto Internacional de Pesquisas em Políticas Alimentares
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INIA – Instituto Nacional de Investigação Agronómica
- JPP – Junta Provincial de Povoamento
- MAP – Ministério de Agricultura e Pescas
- MARRP – Mozambique Agricultural Rural Rehabilitation Program
- MIAF – Inquérito Nacional aos Agregados Familiares Sobre as Condições de  
Vida em Moçambique
- MPF – Ministério do Plano e Finanças
- PA – Posto Administrativo
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SPGCM – Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Manica
- UAP – Unidade de Alívio à Pobreza
- UEM - Universidade Eduardo Mondlane

## AGRADECIMENTOS

Expresso os meus grandes agradecimentos:

- À dr.<sup>a</sup> Rosita Alberto, minha supervisora, que acompanhou todo o trabalho, desde a concepção do título até ao texto final;
- Ao Núcleo de Estudos de Terra e Desenvolvimento (NET), pelo financiamento do trabalho;
- Ao Dr. José Negrão, por todo o tipo de apoio que me deu e, particularmente, pelo material que me forneceu para a realização do presente trabalho;
- Aos doutores Carlos Creva, Paulo Covele e António Francisco Raposo por todo tipo de apoio que me deram;
- Ao Director Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Sussundenga, o Sr. Venâncio Chacai Veremo e todo o pessoal desta Direcção Distrital, que me facultou informações valiosas e pela sua receptividade nas entrevistas concedidas;
- Ao Chefe da Secretaria da Administração Distrital de Sussundenga, o Sr. Mateus Chicuanjo, por todo o apoio e informação que me facultou;

- À todos os chefes dos postos administrativos e aos régulos, que me forneceram informações e opiniões bastante valiosas;
- À todos os meus guias pelo grande apoio que me deram na recolha de informação durante o trabalho de campo;
- À dr<sup>a</sup> Orlanda Gomane, Marçal e Oliveira pela revisão linguística do trabalho e
- O meu agradecimento vai também à todos aqueles que directa ou indirectamente deram o seu contributo para que o presente trabalho fosse uma realidade.

## RESUMO

Este trabalho faz uma análise da produção agrícola do distrito de Sussundenga com vista ao alívio à pobreza e a melhoria das condições de vida da população.

Embora o distrito tenha potencialidades agrícolas favoráveis ao desenvolvimento agrícola, a sua produção é essencialmente de subsistência, onde o uso predominante de tecnologia não melhorada, resulta no baixo rendimento e produtividade agrícolas.

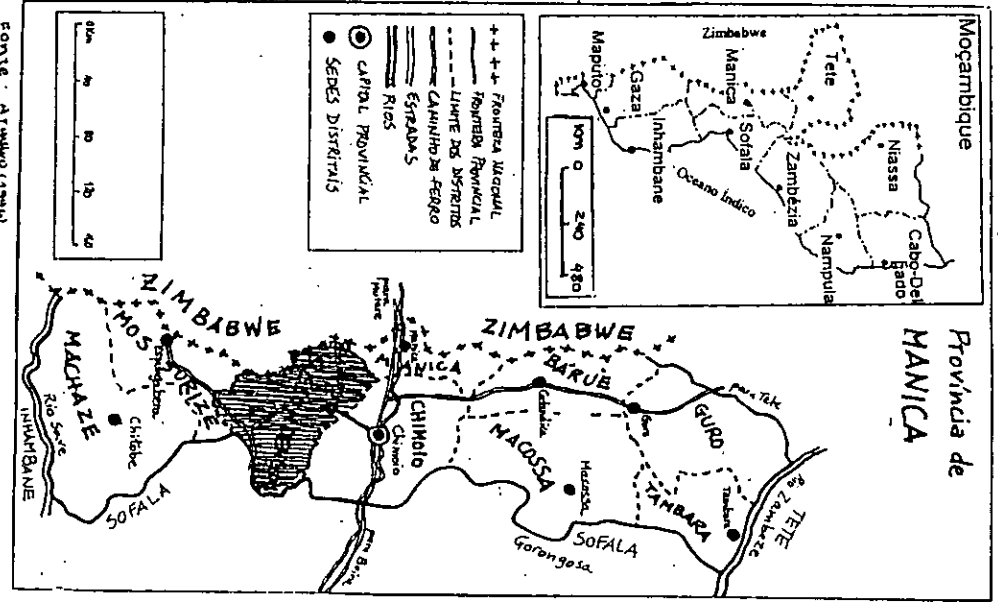
As dificuldades de comercialização agrícola e os baixos preços de compra ao produtor desencorajam a produção e o investimento agrícolas, conduzindo à agricultura de subsistência.

Como alternativas de desenvolvimento agrícola salientam-se: o investimento agro-industrial, a obtenção de maiores rendimentos no auto-emprego agrícola, a adopção de tecnologia melhorada, a concessão de crédito, a segurança da posse de terras e controle do uso sustentável dos recursos naturais.

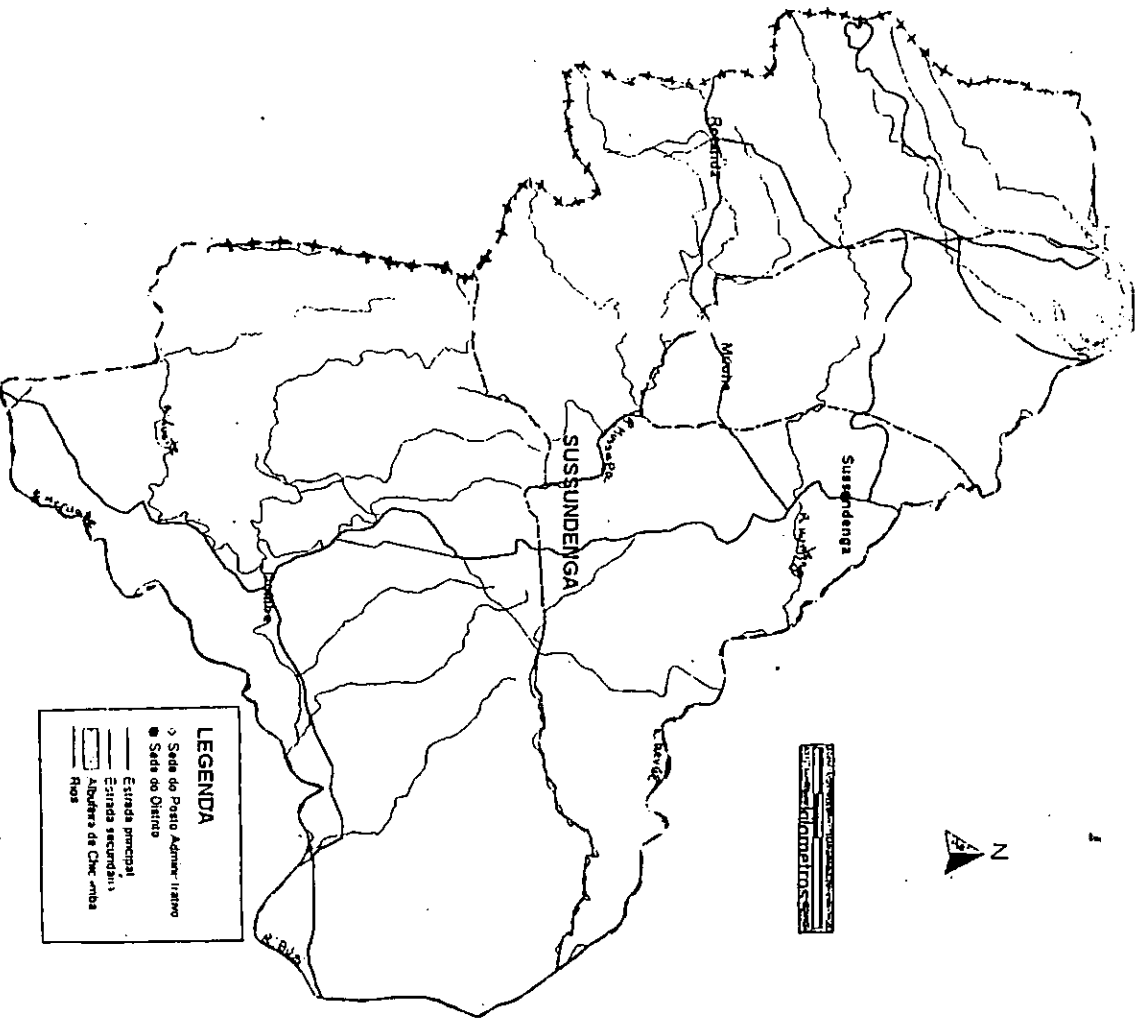
Na elaboração do trabalho, a revisão bibliográfica forneceu bases teórico-conceptuais, a observação directa e as entrevistas facultaram a compreensão e análise sobre aspectos físico-geográficos e sócio-económicos relacionados com o tema. Na análise, descrição e representação da informação, usaram-se ainda os métodos estatístico, descritivo e cartográfico.



ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO  
DA ÁREA DE ESTUDO  
DISTRITO DE SUSSUNDENGA



Fonte: Arquivo (1996)



COORDENADAS: 11° 30' S 32° 30' E

# ÍNDICE

	Páginas
DECLARAÇÃO.....	ii
DEDICATÓRIA .....	iii
ABREVIATURAS .....	iv
AGRADECIMENTOS .....	v
RESUMO.....	vii
ÍNDICE DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS .....	xi

## Capítulo I

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. OBJECTIVOS.....	3
1.2. PRESSUPOSTOS.....	4
1.3. METODOLOGIA.....	4
1.4. CONSTRANGIMENTOS.....	6

## Capítulo II

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	7
--	---

## Capítulo III

3. ÁREA DE ESTUDO.....	16
3.1. LOCALIZAÇÃO ASTRONÓMICA E GEOGRÁFICA.....	16
3.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS.....	18

3.2.1. GEOMORFOLOGIA.....	18
3.2.2. CLIMA.....	18
3.2.3. VEGETAÇÃO.....	19
3.2.4. SOLOS.....	19
3.2.5. REDE HIDROGRÁFICA.....	21
3.3. BREVE RESENHA HISTÓRICA.....	22
3.4. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO- ECONÓMICAS.....	23

#### Capítulo IV

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO.....	30
4.1. CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	30
4.2. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	36
4.3. COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA.....	38
4.4. USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	41
4.5. POSSE E CONFLITOS DE TERRAS.....	43
4.6. CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ALÍVIO À POBREZA.....	47
4.7. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA PARA O ALÍVIO À POBREZA.....	49
CONCLUSÃO.....	51
SUGESTÕES.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
ANEXOS.....	62

# ÍNDICE DE MAPAS, TABELAS E GRÁFICOS

Páginas

## MAPAS

Mapa 1: Enquadramento geográfico da área de estudo.....	viii
Mapa 2: Divisão administrativa do distrito de Sussundenga.....	17
Mapa 3: Mapa de solos do distrito de Sussundenga.....	20

## TABELAS

Tabela 1: Evolução da população (1980-1997).....	24
Tabela 2: População por sexo, superfície e densidade populacional segundo posto administrativo (1997).....	25
Tabela 3: Indicadores sociais da África Subsaariana, Moçambique, Manica e Sussundenga.....	26
Tabela 4: Habitações particulares, agregados familiares e seus membros segundo tipo de habitação (1997).....	28
Tabela 5: Produção e área total por campanha agrícola.....	37
Tabela 6: Preços médios de milho segundo posto administrativo (1998/1999).....	39

## GRÁFICOS

Gráfico 1: Situação de acesso à educação.....	29
Gráfico 2: Produção total por cultura (1994/95 à 1998/99).....	31
Gráfico 3: Área total por cultura (1994/95 à 1998/99).....	32
Gráfico 4: Rendimento segundo campanha agrícola .....	37

## Capítulo I

### 1. INTRODUÇÃO

O estudo levado a cabo procura analisar a produção agrícola para o alívio à pobreza e o melhoramento das condições de vida da população em Moçambique, que por sua complexidade, apenas faz um estudo de caso no distrito de Sussundenga, província de Manica.

A actividade agrícola reveste-se de uma grande importância sócio-económica, pois, em países onde ela é a principal fonte de subsistência da população, o seu desenvolvimento, para além de garantir a segurança alimentar, cria postos de emprego, contribui significativamente no Produto Interno Bruto (PIB) e incentiva a instalação de infra-estruturas sócio-económicas. Consequentemente, garante o desenvolvimento rural e o alívio à pobreza (Cleaver & Donovan, 1995; BM, 1997).

Em Moçambique, a agricultura envolve 80% da população e contribui com cerca de 25-30% do volume do PIB (PNUD, 1998).

Porém, é um dos países mais pobres do mundo. Estima-se que cerca de 2/3 da sua população vive em situação de pobreza, possuindo indicadores sociais com piores valores que os médios da África Subsahariana e dos países menos desenvolvidos (UAP, 1995; PNUD, 1998).

Embora Sussundenga possua potencialidades favoráveis à produção agrícola e já fora considerado de celeiro da província de Manica, existe uma baixa produção e produtividade agrícolas.

Os baixos preços de compra ao produtor associados às perdas pós-colheitas, limitam a possibilidade da população satisfazer plenamente as suas necessidades básicas, onde a insegurança alimentar é a mais preocupante.

O fim do conflito armado em 1992, abriu novas possibilidades para o desenvolvimento agrícola. Mas, coloca-se a seguinte questão: como melhorar a produção agrícola no distrito?

Para melhor alcançar os objectivos traçados, o trabalho ficou estruturado em 4 capítulos: o primeiro apresenta a introdução, incluindo os seus objectivos, pressupostos, metodologia e constrangimentos.

O segundo refere-se à contextualização teórico-conceptual, onde, com base na consulta bibliográfica, abordam-se os principais conceitos e teorias relacionados com o tema.

O terceiro, faz a caracterização físico-geográfica e sócio-económica do distrito.

A parte central, o quarto capítulo, dedica-se à apresentação dos resultados e discussão da informação.

Finalmente, apresentam-se as conclusões, as sugestões e as referências bibliográficas.

## **1.1. OBJECTIVOS**

### **Geral**

Analisar a produção agrícola do distrito com vista ao alívio à pobreza e à melhoria das condições de vida da população local.

### **Específicos:**

- Caracterizar a produção agrícola do distrito;
- Analisar a evolução qualitativa da produção agrícola local;
- Identificar os principais factores que influem na produção agrícola do distrito e
- Avaliar o impacto do desenvolvimento agrícola local no alívio à pobreza e na melhoria das condições de vida da população de Sussundenga.

## *1.2. PRESSUPOSTOS*

- Nos finais da década de 1980, em Sussundenga verificou-se uma paralisação das empresas agrícolas comerciais, facto que levou à produção de subsistência e ao declínio do uso de tecnologia agrícola melhorada e moderna.
- Uma das principais causas do baixo rendimento agrícola é o uso de tecnologia agrícola rudimentar pelo sector familiar.
- A fraca comercialização agrícola e os baixos preços de compra ao produtor, podem ser umas das limitantes ao desenvolvimento da produção agrícola.
- A actividade agrícola ocupa a maior parte da população local e é a principal fonte de sua subsistência. O melhoramento da produção agrícola poderá contribuir significativamente no alívio à pobreza e na melhoria das condições de vida da população.

## *1.3. METODOLOGIA*

O presente estudo teve seguintes fases: elaboração do projecto e revisão bibliográfica; trabalho de campo; análise dos resultados e elaboração do relatório final.

Para alcançar os objectivos traçados, utilizou-se as seguintes técnicas e métodos de investigação:



- **Revisão bibliográfica**

A revisão bibliográfica baseou-se na recolha, selecção e leitura analítica e interpretativa do material bibliográfico específico relacionado com o tema, o que forneceu bases teórico-conceituais para a execução do trabalho.

- **Entrevistas**

Com base num guião de entrevistas previamente elaborado (anexos A1 e A2), fez-se entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas em todas as sedes dos postos administrativos e em algumas localidades, perfazendo um total de 36 entrevistas individuais e 7 colectivas.

O guião abordou alguns aspectos como: condições de vida da população, situação da produção agrícola, comercialização agrícola, conflitos de terras e conservação dos recursos naturais.

As entrevistas foram dirigidas às autoridades administrativas e tradicionais, aos agricultores, camponeses locais e à alguns compradores informais de produtos agrícolas, com o objectivo de captar a percepção e opinião qualitativas locais sobre o tema.

- **Observação directa**

Consistiu na observação, "*in loco*", dos aspectos considerados relevantes tais como, áreas de cultivo, técnicas agrícolas e formas de conservação dos produtos, tendo facilitado a compreensão da interacção dos mesmos.

- **Método Cartográfico**

O método cartográfico permitiu a delimitação espacial da área de estudo e a representação cartográfica de alguns aspectos físico-geográficos.

- **Método descritivo**

Este método facultou a descrição dos aspectos físico-geográficos e sócio-económicos da área de estudo.

- **Método estatístico**

Consistiu na análise e interpretação de alguns dados quantitativos sobre a população e produção agrícola no distrito.

#### ***1.4. CONSTRANGIMENTOS***

Existe pouca informação disponível sobre a área de estudo e; sobretudo, acerca das condições de vida da população. Este facto dificulta a compreensão da situação da pobreza do distrito.

Em relação à produção agrícola, o DDADR de Sussundenga apenas possui informação da campanha agrícola 1994/1995 à 1998/1999, pois, com o conflito armado terminado em 1992, houve dificuldades na prática e na recolha de informação sobre a produção agrícola. A limitação institucional e de dados sócio-demográficos como o número preciso de agregados familiares e a população agrícola resultantes deste conflito, fez com que o período anterior ao do “censo 97” tivesse informação da produção agrícola pouco precisa. Possivelmente, estas limitações levaram à subestimação dos dados da produção local.

## Capítulo II

### 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Frequentemente, os termos “agricultura”, “agrícola” ou “agronómico” são usados sem uma distinção clara. “*Em sentido mais amplo, a agricultura, é o cultivo do solo para a produção de alimentos*” (Silva et al, 1986: 32). A agricultura é toda actividade humana de produção vegetal e animal (Small & Witherich, 1992; Andrade, 1996; Pijnenburg, 1996).

Enquanto os termos “agrícola” e “agricultura” referem-se à produção vegetal e animal, o “agronómico”, refere-se apenas à produção vegetal, onde se inclui a horticultura e a fruticultura (Pijnenburg, 1996).

Para efeitos deste trabalho, o termo “agrícola”, limita-se à produção vegetal.

A produção agrícola pode ser de subsistência ou comercial. A primeira está basicamente orientada à satisfação das necessidades dos próprios produtores e, a segunda, à fins lucrativos, tendo o mercado como principal destino da sua produção (Small & Witherich, 1992).

A produção agrícola também pode ser classificada em extensiva, caracterizada pelo uso de tecnologia rudimentar, resultando na obtenção de baixa produção por unidade de superfície e, em intensiva, quando o solo é cultivado intensivamente, com aplicação de tecnologia moderna. A mecanização na produção intensiva leva ao rendimento e produtividade elevados (Fernandes et al, 1984; Andrade, 1996).

Embora em muitos países em vias de desenvolvimento, incluindo Moçambique, a actividade agrícola seja a base de desenvolvimento económico, ocupando cerca de 80% da população rural, ela está pouco desenvolvida. Contrariamente, em muitos países desenvolvidos, pequena parte da população encontra-se no sector agrícola. Mas, o uso de

tecnologia moderna garante um rendimento<sup>1</sup> e produtividade agrícolas elevados (Dvergdsal, 1992; FAO, 1986; Chonguiça, 1997; MAP, 1997).

Em Sussundenga, grande parte dos camponeses<sup>2</sup> usa extensivamente o solo. Porém, há alguns que usam intensivamente os solos aluvionares ou os ecossistemas aquáticos, e em algumas áreas, emprega-se a tracção animal (Fakir, 1989; MAP, 1990).

Nas últimas décadas, o desenvolvimento agrícola de África reflectiu sistematicamente várias teorias de desenvolvimento (Negrão, 1998).

Segundo Amin (1973)<sup>3</sup> Moyo (1995)<sup>4</sup> e Bundy (1979)<sup>5</sup> citados por Negrão (1998), no modelo de “modernização”, desenvolvido nos anos 1950 e 1960, o desenvolvimento era tido como fruto do crescimento económico resultante da mecanização da agricultura e do uso intensivo da terra. À agricultura tradicional, reservou-se as terras marginais, com o objectivo essencial de obter mão-de-obra para as indústrias e as empresas agrícolas. Este modelo só levou à um crescimento económico dos países e dos grandes agricultores, sem contudo desenvolver as áreas rurais e, os camponeses, sem condições de investir em tecnologia e explorar intensivamente o solo, ficaram cada vez mais pobres.

De acordo com Roberts (1989)<sup>6</sup> e Todaro (1989)<sup>7</sup> citados por Negrão (1998), a revolução verde, nos anos 1960 e 1970, levou ao modelo produtivista, onde a estratégia

---

<sup>1</sup>Rendimento agrícola é a produção por unidade de superfície. O rendimento depende da produtividade, pois, esta é a relação da produção por tempo gasto para a sua obtenção (Small & Witherich, 1992).

<sup>2</sup>Este conceito é complexo. De uma forma geral, o camponês é um indivíduo que depende essencialmente da actividade agrícola para a sua sobrevivência. O agricultor difere-se deste por ter como destino da sua produção, o comércio (Cardoso, 1993).

<sup>3</sup>AMIN, Samir (1973), *Le Développement Inégal, Essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*, Les Éditions de Minuit, Paris.

<sup>4</sup>MOYO, Sam (1995), *The Land Questions in Zimbabwe*, Sapes Books, Harare.

<sup>5</sup>BUNDY, Colin (1979), *The Rise and fall of South African Peasantry*, Heinemann, London.

<sup>6</sup>ROBERTS, Nigel (1989), *The World Bank and the Training and visit system in East Africa*, in N. Roberts (ed), *Agricultural Extension in Africa*, the World Bank, Washington, DC.

<sup>7</sup>TODARO, Michael (1989), *Economic Development in the Third World*, Longman, New York.



para o sector familiar era a maximização da produção e produtividade, independentemente da qualidade nutricional dos produtos. A agricultura tradicional baseava-se somente na transferência tecnológica através da contribuição de pacotes tecnológicos pela extensão rural.

Este modelo incidiu-se na pesquisa de variedades melhoradas de culturas de modo a aumentar a produção e garantir a protecção das culturas contra doenças ou vulnerabilidade às pragas (Oldhof & Pereira, 1995).

Pelo facto dos camponeses não possuírem possibilidades de adquirir os pacotes tecnológicos, este modelo só favoreceu os latifundiários, à quem estes viram-se obrigados a venderem as sua terras (Negrão, 1998).

Segundo Chayanov (1966)<sup>8</sup>, UNIDO (1978)<sup>9</sup> e Hill (1979)<sup>10</sup>, citados por Negrão (1998), nos anos 1970-1980, surge a escola de desenvolvimento rural integrado e a das necessidades básicas.

A primeira defendia a complementaridade entre a agricultura e a agro-indústria, onde vê-se a relação entre o Sul e o Norte, como uma relação de dependência. Nesta escola, o desempenho de um país não depende dos políticos e assume-se que a única forma de se desenvolver, é autofechar-se e desenvolver-se internamente. A segunda considerava que em países pobres, a actividade prioritária é o alívio à pobreza através de programas especiais orientados para os pequenos agricultores e aos grupos vulneráveis das comunidades rurais.

---

<sup>8</sup> CHAYANOV, A.V. (1966), *The theory of Peasant Economy*, Illinois.

<sup>9</sup> UNIDO (1978), *industrialization and Rural development*, UN, New York.

<sup>10</sup> HILL, polly (1979), *development economics on trial: the antropological case for a prosecution*, Cambridge.

Das várias teorias sobre o desenvolvimento agrícola, onde procura-se a localização e organização da produção com vista a obtenção de uma boa renda agrícola salientam-se:

A teoria de Von Thunen, faz uma relação entre a distância do mercado e a renda da terra e conclui que há uma tendência para o declínio de renda numa determinada terra, à medida que a distância ao mercado aumenta. Este declínio, resulta do aumento do custo de transporte (Found, 1971).

A teoria de Kal Kautsky analisa a dominação do capitalismo na agricultura, concluindo que *“para o pequeno camponês, quando o preço de venda dos seus produtos, deduzidas as despesas, lhe paga o trabalho, ele pode viver e renunciar ao lucro à renda fundiária”* (Amir & Vergoupolos, 1978: 35).

A de Chayanov opõe-se a de Kautsky ao considerar a organização da produção como resultado do equilíbrio entre a satisfação das necessidades da família e a penosidade do trabalho, onde o equilíbrio será, por sua vez, afectado pela proporção dos dependentes na família e da exploração (Amir & Vergoupolos, 1978).

Desde Quesnay à Malthus a renda era tida como resultado da abundância: “quanto maior for o volume da produção, maior é a renda”. Contrariamente, desde Anderson e sobretudo Ricardo, a renda é vista como resultado da raridade dos recursos da terra. As diferenças de pontos de vista, devem-se ao facto de Malthus, considerar o rendimento individual do “senhorio” (latifundiário), a massa da renda e o curto prazo e o Ricardo, o rendimento da classe dos “senhorios”, a taxa de renda e o longo prazo (Amir & Vergoupolos, 1978).

Muitas das teorias e estratégias agrícolas desenvolvidas depois da década de 1950 não foram bem sucedidas em África. Falharam em objectivos essenciais, como o rápido crescimento da produção e resolução dos problemas alimentares internos. As barreiras

estruturais ao desenvolvimento, relacionadas com a propriedade fundiária altamente centralizada, a inadequabilidade da tecnologia e incentivos oferecidos aos agricultores que não se basearam na sua realidade sócio-económica e cultural e não envolveram as comunidades locais, são referidas como causas deste fracasso (Cardoso, 1993; Pejenenburg, 1996; Negrão, 1997a).

Segundo Negrão (1997a: 15), *“Se é certo que é preciso garantir que não se verifique a deterioração das condições de vida no campo, através da produção de alimentos e da segurança de acesso à terra (...), é altura de África desenvolver os seus próprios modelos de desenvolvimento e ficar menos dependentes dos ditames da moda”*.

Contudo, o desenvolvimento agrícola depende de muitos factores<sup>11</sup> de produção, tais como o trabalho<sup>12</sup>, as condições físico-naturais e o capital<sup>13</sup> (Small & Witherich, 1992; Pereira, 1994). *“Cada um dos factores acima tem valor limitado quando considerados isoladamente. A importância máxima no processo de produção atinge-se quando os factores de produção são combinados convenientemente”* (Pereira, 1994: 4).

As causas primárias da baixa produção e produtividade da agricultura moçambicana relacionam-se com vulnerabilidade dos sistemas de produção ao comportamento adverso aos factores climáticos, limitação de ordem tecnológica e fragilidade e incoerência na cadeia produção - transformação - distribuição de produtos agrícolas, donde ressalta com maior expressão o problema de mercado. As causas secundárias tem a ver com a

---

<sup>11</sup> Factores de produção são elementos básicos do processo produtivo, tudo o que é necessário para se poder iniciar a produção (Small & Witherich, 1992: 114).

<sup>12</sup> Ao trabalho, refere-se ao conjunto das faculdades físicas e intelectuais do Homem que o habilita a realizar qualquer actividade produtora de riqueza (Chonguiça, 1997: 19).

<sup>13</sup> O “capital” é uma riqueza aplicada na produção de novas riquezas ou de novas utilidades (Pereira, 1994: 12).

inadequabilidade de políticas e estratégias do Estado e factores de carácter institucional (MAP, 1997a).

*"O sistema formal de posse da terra<sup>14</sup> no país, incluindo a distribuição de terra, a segurança de posse de terra e os mecanismos para resolver as disputas de terra, constituem um estorvo para a produção agrícola e, por conseguinte, dificulta qualquer desenvolvimento sustentável, assim como o alívio à pobreza"* (Myers, 1993: 8).

*" (...) os tipos de direitos de propriedade que as pessoas possuem têm um impacto nos investimentos e gestão sustentável dos recursos. Se todos produtores considerarem os direitos à terra seguros, e se a população considerar o processo de aquisição e garantia de direitos transparentes e politicamente legítimos, os produtores farão um investimento a longo prazo"* (Myers, 1993: 9).

A fraca comercialização agrícola desencoraja a produção agrícola:

*"Enquanto não houver boa oportunidade para a venda da sua produção, o camponês vai limitá-la apenas para o autoconsumo. Se ele não conseguir colocar a sua produção da campanha anterior a um bom preço, não estará interessado em melhorar a tecnologia para o aumento da produção"* (Ramanaiah & Tamale, 1992: 27).

Da necessidade de sobreviver e melhorar a qualidade de vida, há maior pressão e degradação dos recursos naturais, o que aumenta a pobreza. Como resultado deste processo, fecha-se um ciclo vicioso *"pobreza - maior pressão e degradação sobre os recursos naturais - aumento da pobreza"* (Araújo, 1998: 34).

O conceito sobre pobreza possui várias definições e subdivisões. Para efeito deste trabalho, a seguir apenas abordam-se as principais:

---

<sup>14</sup> Sistema de posse de terra, é o direito que determinado indivíduo ou grupo de pessoas tem à terra (Myers, 1992: 9)



Segundo Balmaceda (1993), a pobreza é a incapacidade dos indivíduos satisfazerem as suas necessidades básicas, incluindo aspectos não só materiais ou económicos como também aspectos não materiais, como a insegurança jurídica.

Pode-se fazer uma distinção entre a pobreza total e a pobreza relativa. *“A pobreza total é a privação total de determinadas necessidades básicas<sup>15</sup> da vida, a mais óbvia das quais é a alimentação e, à pobreza relativa refere-se à posição de diferentes grupos de pessoas no que respeita a níveis de “ingresso” e de consumo”* (FAO, 1986: 4)

O Plano Económico e Social (1992)<sup>16</sup>, citado por Fortes (1995: 1), define dois tipos de pobreza:

*“A pobreza conjuntural ou transitória, principalmente provocada pela guerra que impossibilitou uma parte substancial da população de produzir e, a pobreza estrutural ou crónica que deriva do baixo desenvolvimento do país, o que determina uma estrutura de produção basicamente de subsistência da maior parte da população”.*

A pobreza em África, não é coisa nova. O que tem mudado são as causas imediatas, o conceito de pobreza e em alguns casos, a sua localização (...). A pobreza causada por calamidades naturais, guerras e limitada capacidade técnica de lidar com armazenamento de alimentos existe há muito tempo quanto os próprios registos. Considera-se que 1/3 dos povos da África Subsahariana é pobre (Geen, 1991).

Moçambique, com indicadores sociais dos piores valores que os médios da África Subsahariana e do grupo dos países menos desenvolvidos, é um dos países mais pobres do

---

<sup>15</sup> As necessidades básicas da população definem-se através de um conjunto de parâmetros como: alimentação/nutrição, habitação, saúde, educação, energia, segurança, recreação, entre outros (Chonguica, 1997).

<sup>16</sup> Governo de Moçambique (1992): The Current Status of the National Reconstruction Plan, Maputo.

mundo, com mais de 2/3 da sua população em estado de pobreza absoluta (UAP, 1995; PNUD, 1998; Simler et al, 1998).

Como características e determinantes da pobreza rural identificam-se: o acesso à terra e aos mercados, os rendimentos não agrícolas, a estrutura das despesas familiares e o acesso aos serviços sociais. Para além destes determinantes, inclui-se também a vulnerabilidade da população pobre, cuja causa principal advém da seca e de outros desastres naturais (Fortes, 1995; UAP, 1995).

Existe uma grande relação entre o desenvolvimento da agricultura e a pobreza. Com o fraco rendimento e baixa produtividade da agricultura que se verificam em muitos países do Sul do Sahara, incluindo Moçambique, o alívio à pobreza passa por um desenvolvimento sustentável<sup>17</sup> e investimento humano, o que depende particularmente do desenvolvimento agrícola (Cleaver & Donovan, 1995; BM, 1997).

O crescimento da agricultura vai permitir a redução da pobreza, criação de postos de emprego, melhoramento do nível de segurança alimentar e estabelecimento do crescimento económico equilibrado (Conferência de Ministros da Agricultura da Região Austral e Oriental de África, 1994).

Há muitos países, como a China que tiveram um crescimento económico e melhoraram o nível de vida da população através do desenvolvimento da agricultura. Estes países, com base na economia existente, tiveram um aumento da força de trabalho e maior desempenho dos trabalhadores; melhoramento de tecnologia e redução da taxa de crescimento da população (Dvergsdal, 1992).

---

<sup>17</sup>Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento económico e social que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações vindouras satisfazerem as suas necessidades (Chonguça, 1997:15)

Segundo o PNUD (1998), o isolamento económico é uma das principais causas da pobreza estrutural, pois, a existência de trocas desfavoráveis ao camponês, onde os preços que os camponeses pagam pelos produtos que compram podem ser demasiado elevados que os pagos pelos produtos e serviços que vendem. Assim, a redução dos custos de transação e de produção dos camponeses, o aumento da comercialização agrícola, o acesso ao crédito e o aumento da produtividade agrícola podem contribuir para o alívio à pobreza, identificando-se como primeira prioridade a construção de infra-estruturas rurais como estradas e pontes.

## Capítulo III

### 3. ÁREA DE ESTUDO

Apresentam-se a seguir algumas características físico-geográficas e sócio-económicas do distrito, as quais para além de serem elementos essenciais do espaço físico e social, influenciam a localização da produção agrícola e aos actuais níveis de produção do distrito.

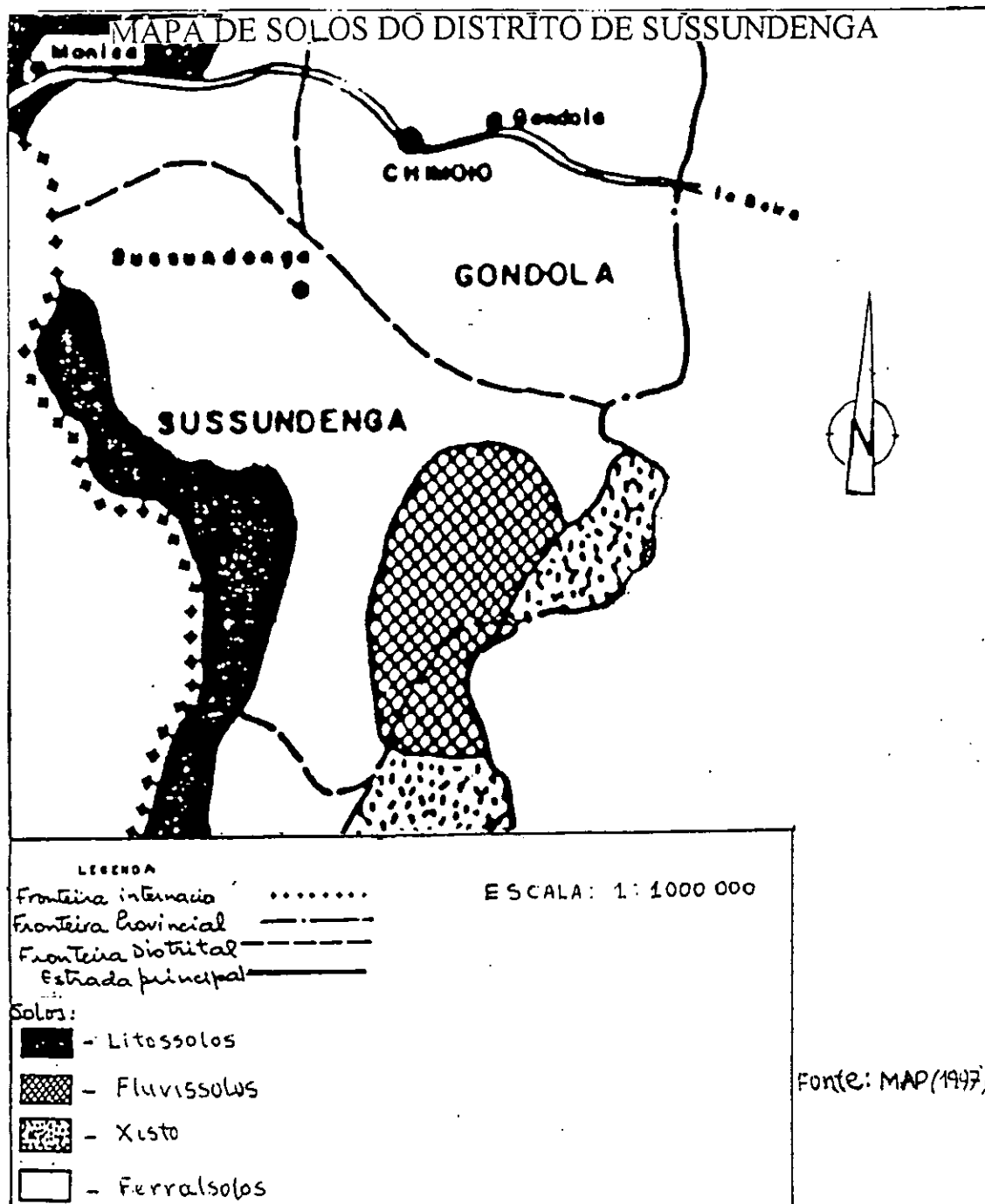
#### *3.1. LOCALIZAÇÃO ASTRONÓMICA E GEOGRÁFICA*

O distrito de Sussundenga, com 7 100 km<sup>2</sup> de superfície (MARRP, 1990), localiza-se na faixa Centro-Meridional da província de Manica. Astronomicamente, situa-se entre os paralelos 19°12'S e 20°15'S e os meridianos 32°48' E e 33°52'E (SPGC, 1998).

A Norte, o distrito é limitado pelos rios Zónue e Revúê, que à Noroeste, os separa do distrito de Manica, e à Nordeste, o rio Revúê o separa do distrito de Gondola. A Sul, os rios Meruaze e Lucite os limita do distrito de Mossurize e rio Búzi à Sudeste, da província de Sofala que também se localiza a Este do distrito. A Oeste, faz fronteira com o Zimbabwe (mapa 1 e 2).

O distrito de Sussundenga, cuja sede é a vila de Sussundenga, localizada à 41 km de Chimoio, está dividido administrativamente em quatro postos administrativos (PA's): Rotanda, Muôha, Sussundenga sede e Dombe. E para além de Sussundenga sede, o distrito possui 11 localidades (anexo B).

MAPA 3



## 3.2. CARACTERÍSTICAS FÍSICO-GEOGRÁFICAS

### 3.2.1. GEOMORFOLOGIA

O distrito de Sussundenga é muito acidentado apresentando muitas colinas. As altitudes, variam em média entre 500 e 1000 m, com montes e relevo de cúpula que se elevam até mais de 1500 m (Fakir, 1989; MAP, 1990; DINAGECA, 1998a).

Na faixa Ocidental, junto à fronteira com o Zimbabwe, localiza-se uma extensa área montanhosa, com cerca de 1050 km<sup>2</sup>, ou seja 15% do distrito (DPA/MARRP, 1990; MAP, 1990), que se estende no sentido Norte-Sul. Nesta faixa, localizam-se as cordilheiras de Tsetsera e de Chimanimani, cujo ponto mais alto é o Binga, com 2438 m de altitude.

De uma forma geral, o potencial agro-edáfico é reduzido na faixa Ocidental, como também nas áreas de grande declive do distrito (MAP, 1987)<sup>18</sup>.

### 3.2.2. CLIMA

Devido a existência de montanhas, o distrito possui um clima modificado pela altitude. A precipitação média anual varia de 1100 à 1150 mm. Nos anos secos, pode descer para 600 à 700 mm (MAP, 1990). A época chuvosa vai de Outubro à Março, com maiores valores em Janeiro e Fevereiro. O distrito possui temperatura média anual de cerca de 21,5°C. No Verão variam de 22°C a 27°C e descem para 15°-20°C no Inverno (DPA/MARRP, 1990).

O clima influi consideravelmente na actividade agrícola, pois, para além de contribuir na formação do solo, também proporciona uma selectividade de culturas. A

---

<sup>18</sup> Na legenda da carta de solos de Moçambique, na escala de 1: 100000, elaborado pelo INIA/DTA (1995), refere-se que nas áreas montanhosas, localizam-se os litossolos, que são solos pouco profundos, de um terreno acidentado, rochoso ou pedregoso e com maior risco de erosão.

temperatura influi no período de crescimento das plantas e, a precipitação possibilita a cultura de sequeiro durante a época chuvosa (Inocêncio, 1994; Andrade, 1996).

### 3.2.3. VEGETAÇÃO

O distrito possui uma vegetação predominantemente herbácea arborizada e uma floresta aberta de baixa altitude. A vegetação herbácea arborizada, localiza-se principalmente, na faixa Nordeste-Sudeste de Rotanda e à Nordeste de Sussundenga sede e, a floresta aberta de baixa altitude, predomina no PA de Muôha e na faixa Norte-Nordeste do PA de Dombe (DINAGECA, 1998b; INIA/DTA, 1995).

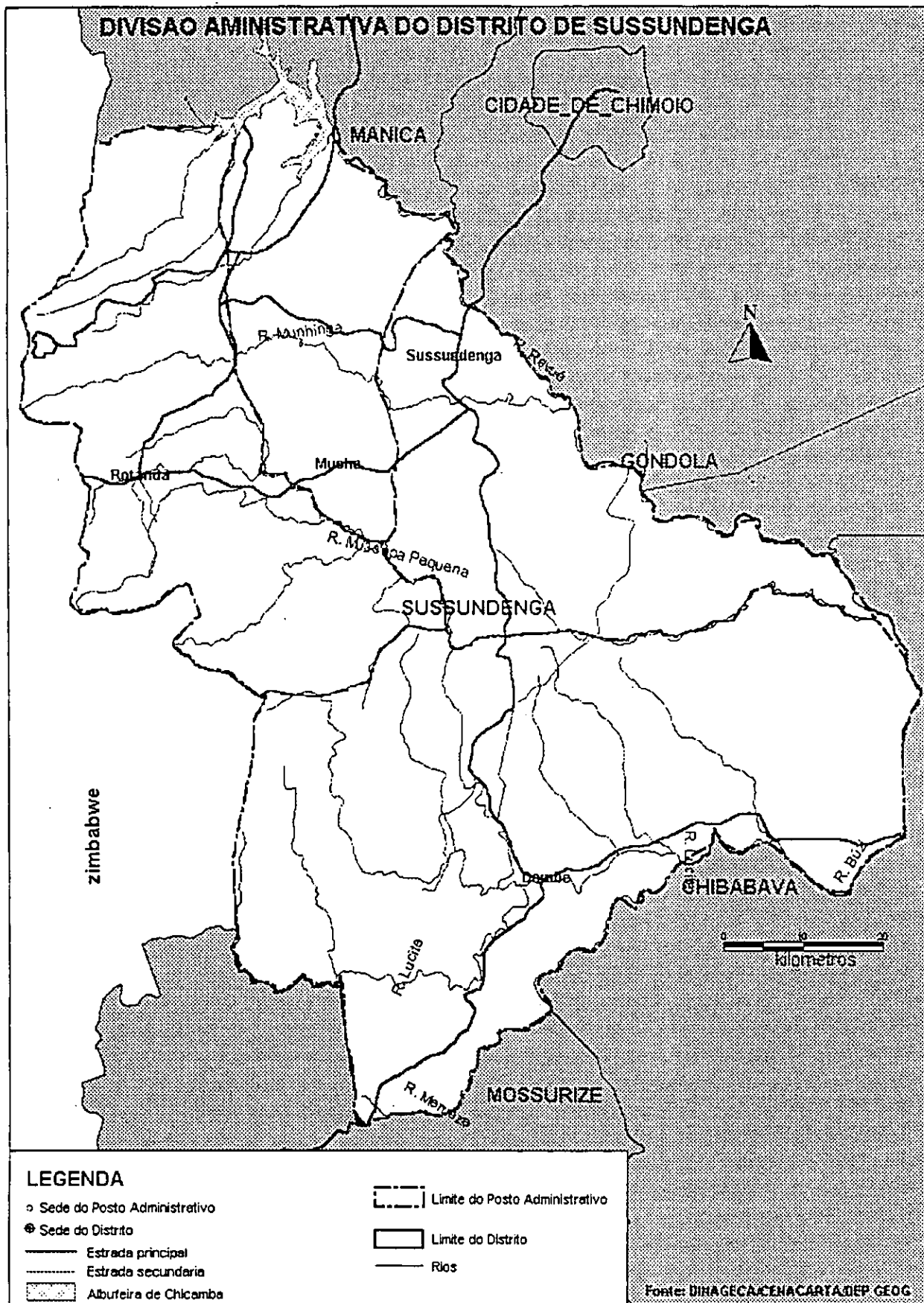
O distrito possui três reservas de fauna bravia: a de Chimanimani, localizada no PA de Rotanda e as de Morribane e Zomba no PA de Dombe.

A vegetação associada aos outros aspectos físicos como a estrutura geológica e o clima, influi na formação do solo, constituindo o material orgânico do solo, muito importante na proporção de bons solos para a produção agrícola (Inocêncio, 1994)

### 3.2.4. SOLOS

O distrito, geologicamente constituído por granito gnaíssico, possui três principais tipos de solos: os litossolos que se encontram nas áreas montanhosas, sobretudo no Ocidente; os ferralsolos, que ocupam maior parte do distrito, nas áreas Noroeste-Nordeste, Centro e Centro meridional do distrito e os fluvisolos, à Sudeste do distrito (MAP, 1987; MAP, 1990; INIA, 1995) (mapa 3). A Sudeste, também existem alguns xistos pretos, acastanhados ou avermelhados.

MAPA 2





Os litossolos são jovens, pouco profundos e encontram-se em terrenos acidentados. Nestes solos, há dificuldades de uso de maquinaria agrícola devido a estrutura rochosa, declive íngreme e riscos de erosão. A grande variedade de fluvisolos é muito produtiva devido ao constante enriquecimento por sedimentos novos. Os ferrassolos, de textura média-grossa, são profundos, com cor vermelha-amarelada. É sobre estes solos que a maior parte da população cultiva a terra.

### **3.2.5. REDE HIDROGRÁFICA**

A rede hidrográfica distrital é densa, destacando-se os rios Revúê e Munhinga a Norte e os rios Meruaze, Mussapa, Lucite e Búzi a Sul e Sudoeste (mapa 2). No rio Revúê situam-se a barragem de Chicamba Real e o Açude de Mavúzi, importantes para a produção de energia hidroeléctrica. Estes rios são perenes e pela disposição do relevo, tem a orientação Oeste-Este ou Oeste-Sudeste.

O rio Revúê possui um caudal médio anual de 17,9 m<sup>3</sup>/s, que varia de 5 à 51,2 m<sup>3</sup>/s em média, em Setembro e Fevereiro, com um máximo de 56,0 m<sup>3</sup>/s e um mínimo de 4,6 m<sup>3</sup>/s. O caudal médio anual do rio Munhinga é estimado em cerca de 6 m<sup>3</sup>/s, sendo 1 m<sup>3</sup>/s, o valor mínimo (MAP, 1990).

Com os cursos de água existentes, Sussundenga possui uma área irrigável de cerca de 46 000 ha (6,5% da superfície total), localizada ao longo dos rio Revúê e Munhinga, mas considera-se que o uso da água destes rios entre Chicamba e Mavúzi, reduzirá o caudal para a produção de energia hidroeléctrica no açude de Mavúzi (MAP, 1990).

### 3.3. BREVE RESENHA HISTÓRICA

A abordagem histórica, tem particular importância na compreensão e análise do desenvolvimento da produção agrícola da área de estudo.

Segundo a Junta Provincial de Povoamento<sup>1</sup> JPP (1970), a província de Manica, devido às suas boas potencialidades agro-climáticas, teve uma grande influência dos agricultores portugueses. Na década de 1960, criou-se o colonato de Sussundenga, inicialmente com uma área de 30.000 ha, que se localizava nas áreas circunvizinhas da então Vila Nova de Vidigueira, a actual Vila de Sussundenga, a 41 km de Chimoio.

Para a sua fixação neste colonato, os agricultores portugueses tiveram financiamento do Instituto de Crédito de Moçambique e foram criadas certas infra-estruturas básicas (JPP, 1970; Alexander, 1994).

*“O governo colonial desmatou a terra, construiu estradas e sistema de abastecimento de água e construiu uma residência e um armazém em cada farma. Disponibilizou aos colonos maquinaria como tractores e maquinaria de ceifar (...) após o período de graça de dois anos, os custos deveriam ser (parcialmente) reembolsados pelos colonos(...)”*(Alexander, 1994:9)

De acordo com o plano realizado pela Brigada Técnica de Fomento e Povoamento do Revúê (BTFPR), no colonato previa-se um regime de regadio. Por dúvidas na viabilidade económica, os primeiros agricultores instalaram-se em regime de sequeiro.

O sistema de produção adoptado baseava-se na monocultura. Cultivava-se o tabaco, algodão, cereais, leguminosas e hortícolas. Inicialmente, tinham assistência técnica da Brigada de Revúê, passado então para os Serviços de Agricultura e Florestas. O armazenamento dos produtos agrícolas, a sua comercialização e venda de factores de produção, estava garantido pelo grémio de lavoura (JPP, 1970; MAP, 1991; Alexander, 1994).

Após a independência, muitos agricultores abandonaram o país, tendo-se posteriormente criado o Gabinete de Apoio a Produção (GAPPO), que mais tarde transformou-se em empresas agrícolas estatais (MAP, 1991). Em Sussundenga sede, criou-se a empresa agrícola de Sussundenga que cultivava uma área de 800 ha (MAP, 1990).

Segundo Roesch (1984)<sup>19</sup>, Bowen (1993)<sup>20</sup> e O'Laughlin (1995)<sup>21</sup>, citados por Chilundo e Cau (1999), nos princípios da década de oitenta, os rendimentos nas empresas estatais e cooperativas agrícolas estavam a decrescer devido a factores como a sua má gestão, conflito armado e o fraco incentivo à produção agrícola do sector familiar.

Actualmente, apesar do distrito possuir boas potencialidades agrícolas, a produção limita-se à produção de subsistência.

### ***3.4 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-ECONÓMICAS***

#### ***3.4.1. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS***

O conhecimento do tamanho e repartição da população é muito importante porque, por um lado, a população é elemento mais activo dos sistemas territoriais, por outro lado, é a força produtiva e consumidora principal neste sistema territorial

Sussundenga, com 7100 km<sup>2</sup>, em 1997 possuía uma população de 92622 habitantes, sendo 43577 homens e 49045 mulheres, agrupados em 19180 agregados familiares, com uma média de 4.8 pessoas por família (INE/IIRGPH, 97). Assim, a densidade populacional

---

<sup>19</sup> ROESCH, O. (1991), Migrant Labour and Forced Rice Production in Southern Mozambique: The Colonial Peasantry of the Lower Limpopo Valley, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 17, nº2, p. 239 – 270.

<sup>20</sup> BOWEN, M. L. (1983), Socialist Transitions: Policy Reforms and Peasant Producers in Mozambique, In: Basset, T. J. e Crummy, D.E. (eds.). *Land in African agrarian systems*, the University of Wisconsin Press, p. 326 – 353.

<sup>21</sup> O'LAUGHLIN, B. (1995), Past and Present Options: Land Reform in Mozambique, *Review African Political economy*, 63: 99 – 106.

era de 13 hab/km<sup>2</sup>, cerca de duas vezes mais da registada em 1980 (tabela 1). Comparada à estimada em 1988, de 35248 habitantes (Fakir, 1989), o incremento absoluto de 57374 habitantes, deveu-se essencialmente ao retorno dos deslocados e refugiados para as suas áreas de origem. O repatriamento iniciou em 1992 e elevou-se em 1994, onde registou-se 12718 repatriados (ACNUR/PNUD, 1996).

Em relação aos 48873 habitantes recenseados em 1980 (MARRP, 1994), até 1988, verificou-se um decréscimo de 13625 habitantes, o equivalente a 27,8% (tabela 1), resultante do deslocamento e refúgio da população devido à intensificação do conflito armado ocorrido neste período.

Tabela 1: Evolução da população (1980 – 1997)

Ano	População	Incremento absoluto	Incremento relativo (%)	Densidade populacional
1980	48873	-	-	6.8
1988	35248	-13625	-27,8	4.9
1997	92622	57374	162,7	13.0

Fonte: INE/IIRGPH (1997); Fakir, (1989); MARRP, 1994

A população concentra-se sobretudo junto dos cursos de água e dos solos férteis, das sedes dos PA's e das principais vias de acesso, com vista, por um lado, a ter facilidades na prática da actividade agrícola e, por outro, para se beneficiar de algumas infra-estruturas sócio-económicas existentes. Os PA's de Sussundenga sede e Dombe, são os mais populosos, com 40.4 e 39.2 % da população distrital respectivamente e o de Muôha com 10.6% e de Rotanda com apenas 9.8 %, são os menos populosos, sendo o PA de Sussundenga, com 25,7 hab/ km<sup>2</sup> o mais povoado e Rotanda, com 6.5 hab/ km<sup>2</sup>, o menos povoado (tabela 2).

Tabela 2: População por sexo, superfície e densidade populacional segundo posto administrativo (1997)

PA	População	%	Homens	Mulheres	Superfície (km <sup>2</sup> )	Densidade (hab/km <sup>2</sup> )
Sussundenga	37.361	40,4	17.852	19.509	1.453	25,7
Muôha	9. 835	10,6	4.932	19.937	934	10,5
Rotanda	9.102	9,8	4.406	4.696	1.400	6,5
Dombe	36.324	39,2	16.387	4.903	3.205	11,3
<b>Distrito</b>	<b>92.622</b>	<b>100</b>	<b>43.577</b>	<b>49.045</b>	<b>7.100</b>	<b>13,0</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados no INE/IIRGPH (1997) e MARRP (1994)

Sussundenga possui uma percentagem de jovens de 46,7% e 3,3% de velhos, dos quais o índice de dependência total (IDT) é de cerca de 100%. As Taxas Bruta de Natalidade (TBN), Fecundidade Total (TFT) e Mortalidade Infantil (TMI) calculam-se em 53,4‰, 7,8 ‰ e 105,3‰ respectivamente. Estas taxas são muito elevadas e próximas às do país, e em particular, da África Subsahariana, a região mais pobre da África (INE/IIRGPH, 1997) (tabela 3)

Tabela 3: Indicadores sociais demográficos da África Subsaariana, Moçambique, Manica e do distrito de Sussundenga

Indicadores	África Subsaariana	Moçambique	Manica	Sussundenga
TBN (‰)	55	50,0	45,5	53,4
TFT	8	-	-	7,8
TMI (‰)	103	133,9	119,9	105

Fonte: Elaborado com base nos dados do INE/IIGPH (1997) e Governo de Moçambique e UNICEF, citados por UAP (1995)

Sussundenga, com uma taxa de crescimento ( $r$ ) de 3,8%, estima-se que até ao ano 2007, possa contar com 133199 habitantes e para a sua duplicação, precisaria de cerca de 18,5 anos.

#### 3.4.2. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS

Existe pouca informação sobre as condições de vida da população, o que dificulta a análise da situação da pobreza do distrito.

Contudo, das entrevistas realizadas, verificou-se que o conceito de pobreza, localmente é entendido de diversas maneiras. Em muitos casos, considera-se pobre à família ou indivíduo que passa fome, não possui uma casa aceitável para o seu abrigo, não consegue levar os seus filhos à escola e não possui um rendimento não agrícola ou este, não é suficiente para a sua alimentação durante todo o ano.

O grupo mais vulnerável à pobreza é constituído por viúvas, velhos e deficientes. Em muitas famílias, a pobreza é resultante da desigualdade das trocas na compra ao produtor, onde os preços de compra dos seus produtos são muito baixos. À procura da satisfação das suas necessidades básicas, estes são obrigados a vender grandes quantidades

dos seus produtos durante o período de abundância. Isto, associado às perdas pós-colheitas, leva o camponês ao período de escassez sem reservas de alimentos e de sementes, facto que é muito frequente em muitas famílias e tem um impacto enorme sobre a pobreza, e em particular, na insegurança alimentar, completando um ciclo:

POBREZA - FOME - FALTA DE SEMENTES - ATRASO DA SEMENTEIRA -  
BAIXA PRODUÇÃO - VENDA - PERDAS PÓS - COLHEITAS - FOME - POBREZA.

A rede de estradas e os transportes permitem a integração de vários espaços produtivos no processo de desenvolvimento.

O distrito possui estradas de terra batida que ligam todos os PA's e transitáveis durante todo o ano. Assim, pode-se considerar que o actual nível de desenvolvimento da rede de estradas, permite o desenvolvimento das actividades sócio-económicas e particularmente, da produção e comercialização agrícolas.

Contudo, a existência de estradas de terra batida, associada ao afastamento do distrito em relação aos principais centros comerciais e do corredor da Beira e ainda, as dificuldades de travessia no rio Lucite, influencia no isolamento económico do distrito. A travessia de viaturas neste rio faz-se através de um batelão e as pessoas usam canoas (Anexo D1). O melhoramento das vias de acesso e a ligação com outros pontos circunvizinhos do distrito, em princípio, vai dinamizar o desenvolvimento sócio-económico.

Sussundenga, com 18138 habitações e 19180 agregados familiares, apenas cerca de 4% dos agregados familiares, o correspondente à 4,28% das pessoas registadas, reside em casas permanentes. Cerca de 95% dos agregados familiares, ou seja 94,7% das pessoas reside em palhotas (anexo D2). Os restantes agregados familiares, os equivalentes a 1% do total dos agregados familiares e das pessoas, possuem casas precária e de madeira e zinco (tabela 4).

Tabela 4: Habitações particulares, agregados familiares e seus membros segundo tipo de habitação (1997).

T. H.	Habitações		AF		Pessoas	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Moradia	672	3,70	714	3,72	3923	4,24
Flat/Apart.	8	0,40	9	0,05	40	0,04
Palhota	17274	95,00	18266	95,23	87569	94,70
Casa precária	93	0,50	98	0,50	426	0,46
MZ	77	0,40	79	0,50	421	0,56
<b>Distrito</b>	<b>18138</b>	<b>100</b>	<b>19180</b>	<b>100</b>	<b>92469</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado com base nos dados do INE/IIRGPH (1997)

TH-tipo de habitação Flat/Apart - Flat/apartamento MZ - madeira e zinco AF - agregados familiares

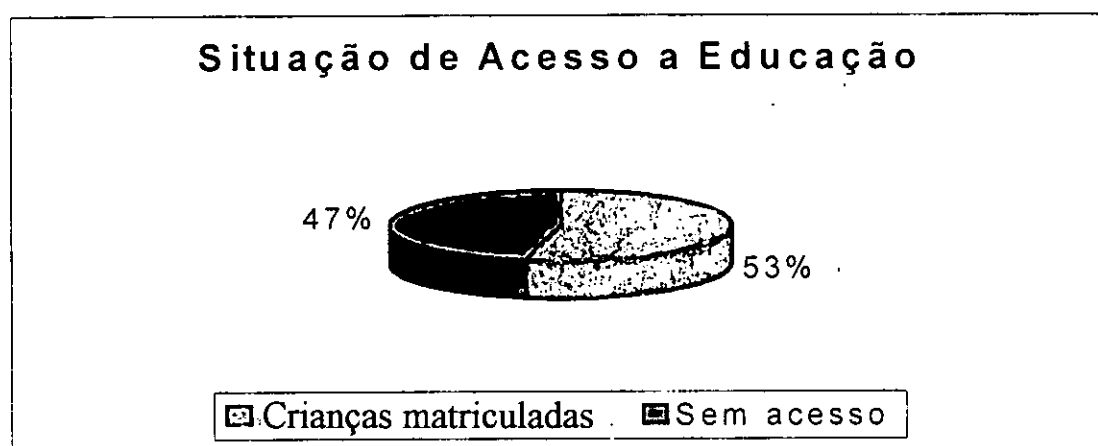
Sussundenga possui 1 centro de saúde que se localiza na sede distrital e 5 postos de saúde distribuídos pelos PA's. O distrito possui também 2 postos de socorro. Com cerca de 50 enfermeiros, 1 está para cerca de 1852 habitantes. A população percorre, em média, 15 km à pé para alcançar o posto de saúde mais próximo. À nível distrital, só existe 1 médico que reside na sede distrital e, periodicamente, visita os postos de saúde. A malária, a tuberculose, a pneumonia, a anemia e a diarreia, são as principais doenças que se registam no distrito.

O distrito possui também 53 escolas primárias do primeiro grau (EP1), onde em 2 destas, também se leccionam as 6ª e 7ª classes; 1 escola primária do segundo grau (EP2), onde durante o ano lectivo 2000, implementou-se o 1º ciclo do ensino secundário, com algumas turmas de 8ª classe, anexas à EP2 Samora Machel, do Chimoio. Existem ainda 5 unidades do programa de alfabetização que leccionam de 1º ao 3º ano.



Durante o mesmo ano lectivo, dum total de 344 funcionários, 232 (6,9%) eram professores, onde dos 14803 alunos matriculados, 1 professor estava para cerca de 63 alunos. Mas, para 25268 pessoas em idade escolar obrigatória existentes (INE/IIRGPH, 1997), em relação à um total de 13447 alunos matriculados no curso diurno, 47 % de pessoas em idade escolar não frequenta a escola (Gráfico 1 ).

Gráfico 1:



As condições sócio-económicas e os indicadores sociais do distrito, são características de uma área pobre.

O PNUD (1998), também afirma que a pobreza verificada em Moçambique deve-se fundamentalmente, ao isolamento económico que, consiste na desigualdade das trocas dos produtos, onde estes e os serviços prestados nas áreas rurais são mal pagos, contrastando com os bens manufacturados que são vendidos à preços elevados.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO

A informação que a seguir se detalha foi obtida da observação directa e entrevistas.

Para melhor alcançar os objectivos definidos, expõe-se uma gama de informação agrupada por temas afins. Além disso, esta informação foi seleccionada entre aquela que constitui um consenso entre os entrevistados.

##### 4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Segundo o DDADR, em Sussundenga praticamente conta-se apenas com a participação do sector familiar pois, as empresas agrícolas comerciais que lá existiam paralisaram as suas actividades nos finais da década de 1980, devido a intensificação do conflito armado terminado em 1992.

Além disso, embora algumas terras tenham sido atribuídas para exploração comercial, a falta de mercado dos produtos agrícolas e as dificuldades de acesso ao crédito, levam os seus proprietários ao cultivo de pequenas áreas como forma de assegurar fundamentalmente a posse de terra.

No distrito cultiva-se predominantemente áreas inferiores a 2 ha, usando uma mão-de-obra familiar, instrumentos de produção manuais tais como enxadas, catanas e machados e prática de queimadas acompanhada pelo sistema de pousio. Este sistema designa-se ainda por "shifting cultivation".

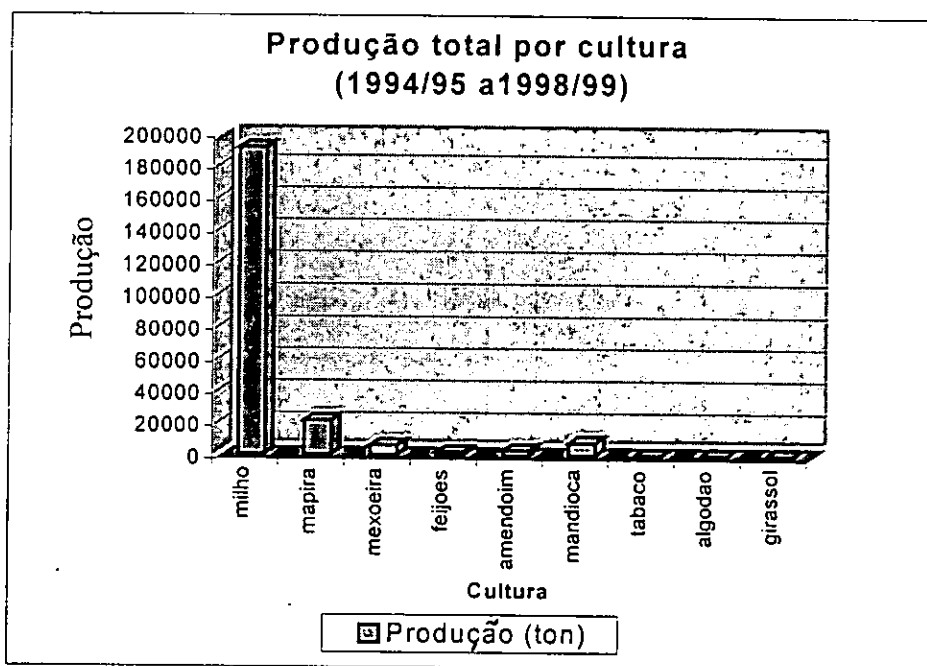
O pousio das machambas, com duração média de 20 anos, faz-se frequentemente depois de 2 ou 3 anos de cultivo como consequência do empobrecimento do solo, resultante das queimadas (Chonguiça, 1989; Pijenburg, 1996).

Os camponeses cultivam intensivamente em redor dos ecossistemas aquáticos, onde em muitos casos, encontram-se os solos férteis aluvionares, que favorecem a prática de diversas culturas como hortícolas, inhames, batata doce e bananeiras propícias às terras húmidas.

Em determinadas áreas, os camponeses cultivam terrenos declivosos sem adopção de nenhuma técnica de protecção do solo, expondo-o à grandes riscos de degradação ambiental<sup>22</sup>.

Como principais culturas alimentares do distrito destacam-se o milho, a mapira, a mandioca e o feijão, as quais ocupam grandes áreas de cultivo. As culturas de rendimento como o girassol, gergelim, tabaco e o algodão possuem um volume de produção insignificante devido a falta de mercado (gráfico 2 e 3).

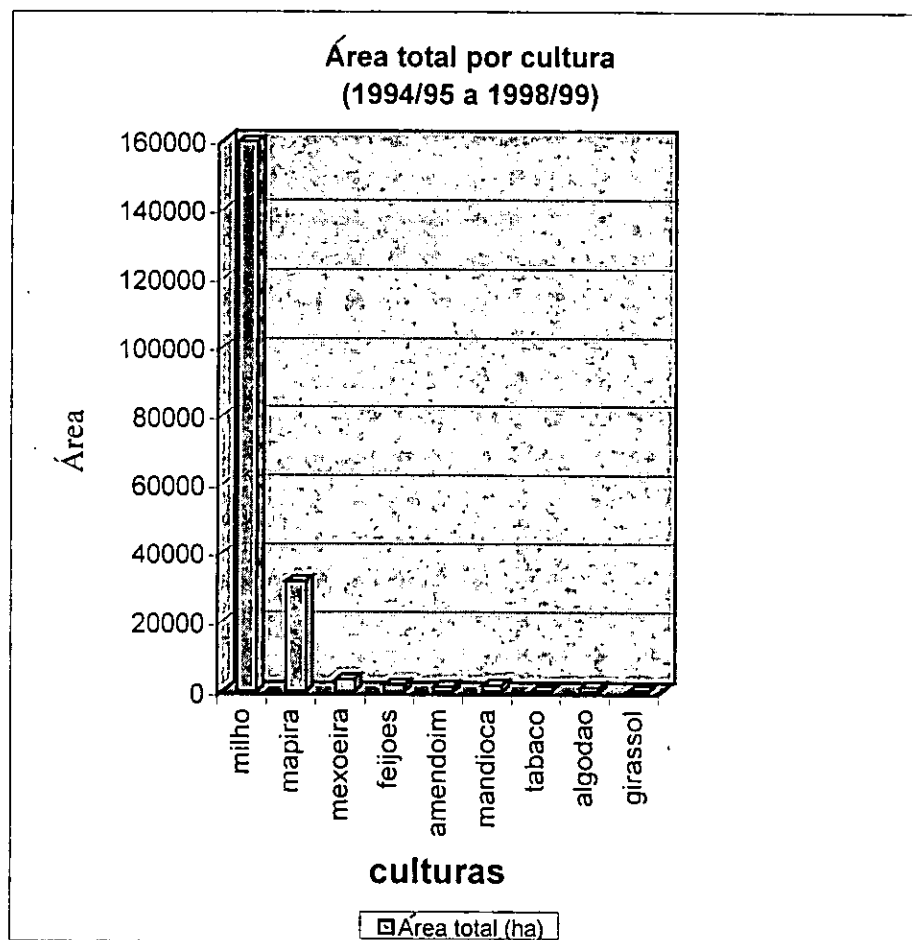
Gráfico 2:



Fonte: DDADR, Sussundenga, Julho de 2000

<sup>22</sup> Degradação ambiental é alteração adversa das características do ambiente, e inclui, entre outras, a poluição, desertificação, a erosão e o desflorestamento (Lei do ambiente nº20/97)

Gráfico 3:



Fonte: DDADR, Sussundenga, julho de 2000

O PA de Rotanda, tem uma particularidade na produção agrícola: um número significativo de camponeses usa tracção animal, rega por gravidade, cultivo de trigo e o aluguer do gado para o cultivo. Contudo, tal como acontece em todo o distrito, grande parte da população usa instrumentos manuais como enxadas, catanas e machados. Os camponeses que usam a tracção animal utilizam o solo semi-permanentemente. Estes cultivam áreas que variam de 2 à 6 ha em média, e obtêm uma produção elevada, comparativamente aos camponeses que praticam o "Shifting cultivation".

Nos PA's de Sussundenga sede e Muôha, embora alguns camponeses empreguem a tracção animal nas suas actividades agrícolas e os relativamente possibilitados, o tractor, a tracção animal ainda não está muito difundida, sendo a enxada o principal instrumento de produção.

Enquanto em todos outros PA's, grande parte dos camponeses se fixa junto da sua machamba, em Sussundenga sede, sobretudo na vila, devido a concentração populacional e os efeitos da urbanização, muitas famílias percorrem uma distância média de 4 km às suas machambas.

Os camponeses destes PA's possuem algumas vantagens de localização como a proximidade da vila e das principais vias de acesso e a existência de algumas infra-estruturas sócio-económicas como represas de água, vantagens estas que influenciaram os níveis de procura de terras por agricultores privados, após 1992. Ora, os níveis de procura agudizaram-se com a crise e conflitos no sector agrícola no Zimbabwe e na África do Sul. Neste momento, conta-se já com um agricultor sul africano que se fixou junto da ponte (margem direita do rio Révuê), na entrada para a vila de Sussundenga.

Em Dombe, a enxada e o "Shifting cultivation" são o instrumento e o sistema agrícolas predominantes. Desde o período colonial, neste PA, o gado só foi introduzido nas últimas campanhas agrícolas, depois de um trabalho de combate contra a mosca tsétsé, executado pela brigada de combate contra a mosca tsétsé em Manica.

A nível distrital, os camponeses usam geralmente sementes que reservam das campanhas agrícolas anteriores, alguns destes, sobretudo os relativamente mais possibilitados, compram sementes das agências das Sementes de Moçambique (SEMOC)<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> A SEMOC é uma empresa de produção e comercialização de sementes em Moçambique.

A conservação dos produtos agrícolas e das sementes, é feita em celeiros precários construídos pelos camponeses (anexo D3) que, em muitos casos, não garantem a segurança e conservação dos produtos até ao início da campanha agrícola seguinte, podendo estes ser atacados por gorgulhos. Esta situação contribui para a insegurança alimentar e ao atraso das sementeiras na área de estudo, levando também, a redução das áreas de cultivo e a obtenção de baixos rendimentos e produtividade.

O tamanho das áreas de cultivo, depende das técnicas e meios de produção utilizados. Os camponeses com possibilidades de uso de tractor ou tracção animal, têm relativamente maiores áreas de cultivo. Nas áreas Nordeste-Sul-Sudeste do distrito, onde predomina o uso de técnicas e meios de produção manuais predominam áreas inferiores a 1 ha.

Os solos aluvionares ou dos ecossistemas aquáticos são usados intensivamente pelos camponeses devido à fertilidade dos seus solos ou disponibilidade de água para o regadio de culturas irrigáveis como as hortícolas.

O uso predominante de instrumentos de produção manuais e rudimentares pelos camponeses leva ao cultivo de áreas muito reduzidas. A prática de queimadas e o cultivo de áreas declivosas, à degradação do solo, facto que associado ao cultivo de pequenas áreas, resulta numa baixa produção e produtividade por hectare. A CE (1994), afirma que a erosão dos solos tem como consequência, a fraca produção e produtividade agrícolas.

Devido a falta de mercado, a produção agrícola destina-se ao autoconsumo. Portanto, a actividade agrícola é essencialmente de subsistência. Small & Witherich (1992), também consideram que toda a agricultura cujo destino é o consumo dos próprios produtores e da respectiva família, uma agricultura de subsistência.

A predominância de áreas de cultivo inferiores a 2 ha, associadas ao uso de técnicas e instrumentos agrícolas rudimentares, mão-de-obra familiar e a baixa produção e produtividade agrícolas, a prática de queimada acompanhada de pousio das machambas depois de 2 ou 3 anos de cultivo – o “Shifting cultivation” são características de uma produção agrícola tradicional ou familiar e extensiva.

A distribuição geográfica dos camponeses está relacionada com fertilidade do solo, facilidades de prática da actividade agrícola, escoamento dos seus produtos e a possibilidade de se beneficiarem de alguns serviços básicos, tais como cuidados médicos e educação para os seus filhos. A existência de áreas muito declivosas, a distribuição dos diversos tipos de solos e dos cursos de água também influem na disseminação dos camponeses e das machambas pelo espaço.

O padrão de distribuição predominante (relação íntima espaço residencial-productivo) reflete o desejo de maximização da produção agrícola e minimização do esforço necessário para a obtenção da vida. Por exemplo, a escolha do lugar de habitação é um factor importante neste processo.

Os factores naturais e sócio-económicos influem na produção agrícola. De acordo com Araújo (1997), embora os factores naturais não sejam determinantes nas actividades humanas, possuem uma influência considerável e, o desenvolvimento de uma determinada actividade, depende do seu nível de desenvolvimento tecnológico e económico.

As técnicas agrícolas rudimentares e o “Shifting Cultivation”, resultam numa degradação ambiental e baixa produção e produtividade agrícolas. Portanto, a tecnologia de produção agrícolas é um dos principais factores de desenvolvimento agrícola no distrito de Sussundenga.

As técnicas e sistemas agrícolas que são associadas ao empobrecimento das terras, com o “Shifting cultivation” e a elevada taxa de crescimento populacional 3,8%, poderão

levar à escassez de terras aráveis que poderá se agravar com uma eventual existência de agricultores comerciais que necessitarão de grandes extensões de terra.

#### **4.2. EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

Segundo o DDADR, até aos finais da década de 1980, o distrito registou um declínio da produção agrícola devido à intensificação do conflito armado e má gestão das empresas. Na campanha agrícola 1993/94, houve uma seca que resultou numa baixa produção agrícola. Em 1994 estimava-se em 9534 agregados familiares predominantemente agrícolas que, na campanha agrícola 1994/95, cultivaram uma área de 38356 ha, onde com uma média de 1,8 ha por família se obteve uma produção de 43620 toneladas (ton). Comparada à produção da campanha seguinte, houve um incremento de 5164 ton (11,8%). Na campanha agrícola 1996/97, registou-se uma queda da produção em 17187 ton ( 64,8%) e, posteriormente, verificou-se uma tendência de subida da produção agrícola em 131,1% e 15,9% respectivamente para as campanhas agrícolas 1997/98 e 1998/99 (tabela 5 e anexo C). Contudo, exceptuando a queda de produção registada na campanha 1996/97, não houve uma variação significativa do rendimento agrícola (gráfico 4).

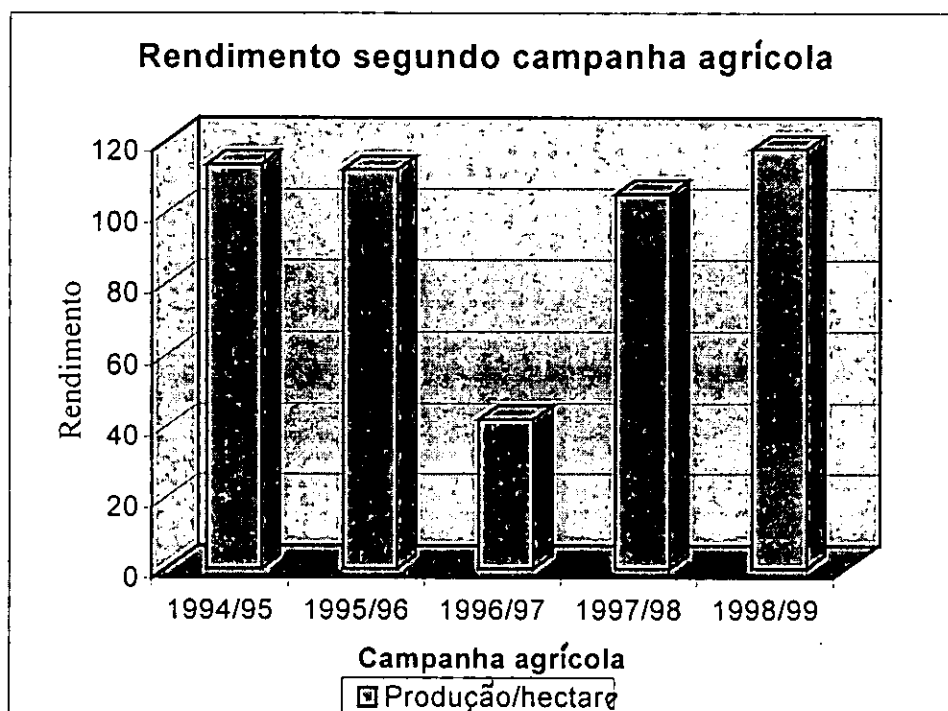


Tabela 5: Produção e área total por campanha agrícola

Campanha Agrícola	Produção registada			Área cultivada		
	P.Total(ton)	IA(ton)	IR (%)	A. total (ha)	IA (ha)	IR(%)
1994/95	43620	-	-	38356	-	-
1995/96	48784	5154	11,8	43500	5144	13,4
1996/97	17187	-31597	-64,8	40718	-2782	-6,4
1997/98	40406	23219	135,1	38365	-2353	-5,8
1998/99	46828	6422	15,9	39700	1335	3,5

Fonte: DDADR, Sussundenga, Julho de 2000

Gráfico 4:



Fonte: DDADR, Sussundenga, julho de 2000

P - produção IA - Incremento Absoluto A - Área IR - incremento Relativo

Nas campanhas agrícolas 1994/95 à 1995/96 e 1997/98 à 1998/99 registou-se 112.28 ton/ha, em média. A tendência do rendimento ser constante deve-se a falta de incentivos à produção como por exemplo, a falta de mercado de produtos agrícolas e, a queda de rendimento registada na campanha agrícola 1996/97, resultou da irregularidade das chuvas.

Relativamente à produção agrícola do período do colonato de Sussundenga e da década de 1980, nos quais, além do sector familiar, também havia uma grande contribuição do sector privado, estatal e cooperativo que usavam maquinaria diversa e técnicas melhoradas de produção, constata-se um declínio do uso de tecnologia melhorada e moderna. As causas fundamentais desta redução estão relacionados com a ausência do investimento agrícola e de mercado.

#### **4.3. COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA**

Existem diversas dificuldades de comercialização agrícola em Sussundenga. O Instituto de Cereais de Moçambique (ICM)<sup>24</sup>, a única instituição orientada para a comercialização agrícola, não dispõe de recursos financeiros e materiais para a absorção dos produtos dos camponeses. Os comerciantes informais, na sua maioria, provenientes do Sul do país, são os maiores compradores dos produtos agrícolas no distrito.

Estes, geralmente, eles deslocam-se ao interior das comunidades e instalam seus acampamentos em locais onde as famílias podem vendê-los ou trocá-los pois, algumas famílias aceitam uma troca directa (em espécie) dos produtos manufacturados como utensílios domésticos, vestuário e óleo por produtos agrícolas onde o milho é o principal produto de negócio (anexo D4).

---

<sup>24</sup> O ICM foi fundado em 1994, em substituição da AGRICOM, a instituição que antes se orientava à comercialização agrícola.

Por vezes, e sobretudo no período de escassez, aparecem alguns vendedores locais de milho, membros de famílias que, durante o período de abundância, reservaram uma parte do seu excedente exactamente para este período a preços especulativos. Durante este período, os preços praticados elevam em 200% (tabela 6) em relação ao período de abundância. Praticamente, estes vendedores não têm uma contribuição significativa na comercialização agrícola<sup>25</sup> (anexo D5). Em relação aos comerciantes informais locais, os provenientes do Sul do país, têm uma contribuição significativa na compra dos produtos agrícolas da população local. Cada comerciante ou grupo de comerciantes, cada vez que se desloca às comunidades locais, compra em média, 100 sacos de milho, isto é, cerca de 5 toneladas.

Tabela 6: Preços médios de milho segundo posto administrativo (1998/1999).

Posto Administrativo	Período de abundância (Meticais/Galão)	Período de escassez (Meticais/Galão)	Crescimento (%)
Sussundenga sede	3.000	12.000	200
Rotanda	2.500	10.000	200
Muôha	2.500	10.000	200
Dombe	2.500	10.000	200

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados recolhidos durante o trabalho de campo, julho de 2000

<sup>25</sup> Na venda do milho, o "galão" (uma latinha de cerca de 4kg) e a lata de 20 kg, são as medidas mais usadas.

Existem algumas empresas ou organizações como a Moçambique Industrial, a Africare e a Empresa de Tabacos, que promovem localmente o cultivo de algumas culturas de rendimento tais como o gergelim, o girassol e o tabaco. Mas, segundo os entrevistados, os preços praticados na compra ao produtor, são muito baixos, o que desencoraja consideravelmente os produtores.

Em muitos casos, os comerciantes informais impõem os preços aos produtores, alegando um elevado custo de transporte para os centros comerciais e de consumo, que são as grandes cidades, incluindo a cidade de Maputo e completamente, toda a província de Maputo.

Na tabela 6, pode-se observar ainda que os preços dos produtos são baixos no período de abundância (logo após às colheitas, de Abril à Agosto) e altos, no período de escassez (a partir dos finais de Setembro até Março). Para os dois períodos, a diferença dos preços é de 200 %.

A diferença de preços nas diferentes áreas comparativamente ao PA de Sussundenga sede, deve-se a maior concentração populacional e a acessibilidade deste.

Apesar da população estar a cultivar abaixo das suas capacidades, a produção média obtida seria suficiente para o consumo durante todo ano e garantir um excedente para a comercialização.

A existência de uma rede de comercialização agrícola deficiente e os baixos preços de compra ao produtor, levam os camponeses a oferecerem grandes quantidades dos seus produtos durante o período de abundância, o que, associado às perdas pós-colheitas, cria uma rotura da reserva dos produtos. Esta é a principal causa das dificuldades na satisfação das suas necessidades básicas e da melhoria das suas condições sócio-económicas.

Este problema verifica-se em muitos agregados familiares e agudiza-se sempre quando as famílias tiverem uma queda do volume de produção numa determinada

campanha agrícola. Sendo assim, sobrevivem geralmente de biscates, localmente designados por "mutraqita"<sup>26</sup> nas machambas das famílias com algumas reservas alimentares.

A fraca comercialização agrícola e os baixos preços dos produtos são as causas do fraco desempenho e do investimento agrícolas. Com isso, pode-se considerar que o acesso ao mercado é um dos principais factores de desenvolvimento agrícola do distrito. Segundo Ramaiah & Tamele (1992), se os agricultores não conseguem comercializar o seu produto, limitam-se à produção de subsistência. Esta situação também verifica-se na área de estudo. O PNUD (1998), considera os baixos preços dos produtos agrícolas e dos serviços prestados pela população rural, como uma das principais causas da pobreza estrutural. O MAP (1997a), também indica o mercado como o principal factor de produção agrícola moçambicana.

#### ***4.4. USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.***

Segundo o MAP (1997b), Moçambique está empenhado no processo de desenvolvimento económico que, para além de outros aspectos, depende do uso sustentável dos recursos naturais, ou seja, o desenvolvimento agrícola deve satisfazer as necessidades da presente geração, sem comprometer a possibilidade das futuras gerações satisfazerem as suas necessidades.

Em Sussundenga, alguns camponeses cultivam terrenos declivosos, sem nenhum método de conservação e combate à erosão e uma grande parte destes cultiva intensivamente os ecossistemas aquáticos como as margens dos rios e dos lagos, processo esse que, segundo Chonguiça (1989), expõe-os à riscos de assoreamento e de mudança de

---

<sup>26</sup> Ao "mutraqita" ou "ganho ganho", refere-se à um trabalho pago em dinheiro ou em espécie por uma determinada porção de terra combinada.

cursos das águas. Como resultado do empobrecimento das terras derivado das práticas de queimadas, depois de 2 ou 3 anos de cultivo, as machambas são deixadas em pousio.

Segundo o DDADR, a extensão rural tem orientado os camponeses para a adopção de técnicas de protecção ambiental como, o cultivo de solos paralelamente às curvas de níveis, a conservação das áreas junto dos ecossistemas aquáticos e o uso de capim Vetiver para a protecção dos solos. Mas por se verificarem algumas dificuldades na concepção destas técnicas, a extensão rural pretende adoptar o processo de realização de práticas demonstrativas em machambas experimentais, onde os camponeses podem assistir e avaliar os resultados daí derivados.

Em diversas áreas, sobretudo as declivosas, verifica-se uma erosão dos solos essencialmente devido ao cultivo destas sem aplicação de alguma técnica de conservação e combate contra a erosão (anexo D6).

O "Shifting cultivation" tem levado à deslocação dos camponeses para outras áreas de cultivo, onde fixam a sua nova residência. Este facto, em muitos casos, resulta na implantação da população em áreas de difícil acesso, longínquas dos serviços sociais como escolas e postos de saúde.

O assoreamento dos rios e a mudança dos cursos das águas, são alguns dos impactos negativos do cultivo de terras sem contudo aplicar técnicas adequadas de conservação ambiental e agrícola. Assim, como acontece com o cultivo das margens dos rios e ecossistemas frágeis como as encostas de montanhas, a prática de queimadas destrói a cobertura vegetal, podendo deste modo criar uma degradação ambiental e consequentemente, reduzir as áreas aráveis ou a fertilidade dos solos. Segundo Chonguiça (1989); CE (1994), estes são impactos ambientais da agricultura tradicional.

Portanto, as técnicas agrícolas não melhoradas contribuem significativamente para o fraco volume da produção e produtividade agrícolas locais. Daí, Chonguiça (1989); CE

(1994) e Negrão (1997b) afirmam a necessidade urgente do uso sustentável dos recursos naturais. Caso contrário, com o grande crescimento populacional do distrito, o predomínio do "shifting cultivation" e uma eventual concessão de grandes extensões de terras aos agricultores comerciais, num futuro próximo, parte significativa da população não terá acesso à terra, facto que originará conflitos sociais entre os agricultores e os camponeses. Esta é a razão pela qual vários autores referem que o desenvolvimento sustentável está dependente da participação das comunidades na gestão dos recursos naturais.

#### ***4.5. POSSE E CONFLITOS DE TERRAS***

A segurança de posse de terra tem um impacto considerável no investimento agrícola e desenvolvimento sustentável (Myer, 1993; MAP, 1997b).

Os conflitos de posse de terra têm sido um constrangimento ao desenvolvimento agrícola, estando associados à vários factores, dos quais se destaca, a falta de localização geográfica de áreas para o investimento privado, não cumprimento dos procedimentos na concessão dos direitos de uso e aproveitamento de terras e a fraca capacidade institucional para a fiscalização das concessões (MAP, 1997b)

Em Moçambique a terra é propriedade do Estado e existem dois tipos de direitos de uso e aproveitamento da terra: o costumeiro e o formal (MAP, 1997b). Segundo as entrevistas concedidas pelos informadores-chave, em Sussundenga, para a exploração familiar geralmente usa-se o sistema costumeiro, onde as terras são concedidas por familiares ou pelos líderes tradicionais. As concessões de terras ao sector comercial, são feitas mediante uma solicitação à Direcção Provincial de Agricultura (DPA) ou ao MAP,

para superfícies superiores à 10 ha e cabe ao DDADR, dar o seu parecer sobre a área solicitada<sup>27</sup>.

De acordo com a nova lei de terras, os pedidos formais de concessão, passam pela identificação do terreno disponível junto das comunidades e contactos com os líderes locais, participando na resolução dos eventuais conflitos e outros recursos que envolvam os interesses externos (privados) à comunidade. A nova lei estipula competências à diferentes níveis de governação, cabendo ao governo distrital a atribuição de uma superfície até 15 hectares.

O distrito possui diversos conflitos de terras, surgidos fundamentalmente depois de 1992, devido à grande procura de terras para exploração comercial e para os regressados (refugiados e deslocados internos) às suas terras de origem, podendo-se salientar:

- **Conflitos entre camponeses**

Estes conflitos registam-se de uma forma dispersa pelo distrito. Na sua maioria, devem-se a reafixação dos deslocados e refugiados de guerra em terras férteis, nas proximidades das vias de acesso e de áreas com algumas infra-estruturas sócio-económicas, onde algumas famílias que outrora residiram ou cujos pais ou avós são originários, reclamam a posse de terras e geralmente, dão o seguinte argumento: *“Essas terras são nossas, nós nascemos aqui e todos os nossos antepassados também nasceram aqui”*.

O outro motivo deste conflito está relacionado com a delimitação das parcelas de cultivo. Este caso vem se registando há bastante tempo entre os camponeses, mas de formas muito dispersas.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida pelo Sr. Venancio Chacai Veremo, Director Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em Sussundenga, Julho de 2000



Contudo, este tipo de conflito resolve-se entre as próprias famílias ou em casos mais graves, são encaminhados às autoridades locais.

- **Conflitos entre os camponeses e os agricultores comerciais**

Com a intensificação do conflito armado nos finais da década de 1980, muitas empresas agrícolas ficaram paralisadas, incluindo as empresas privadas e estatais que se encontravam na área do antigo colonato de Sussundenga, como por exemplo, a empresa agrícola de Sussundenga e a farma do Sr. Nobre. Este conflito também deslocou muita população para áreas de relativa segurança e, em particular, para Sussundenga sede, onde se concentrou e ocupou algumas áreas daquele colonato. Até ao presente momento, muitas famílias residem e cultivam naquelas terras.

As desavenças surgem sobretudo depois de 1992, com a abertura de grandes possibilidades de desenvolvimento agrícola derivada da estabilidade política, que levaram à uma grande procura de terras por parte de agricultores privados, incluindo agricultores bóeres zimbabweanos e sul africanos. Estes solicitam terras, sem por vezes, seguir os procedimentos previstos na nova lei de terras e procuram expulsar os camponeses sem ao menos, criar condições de sua transferência para outras áreas aráveis.

Em muitos casos, a grande procura de terras que se verifica nas áreas circunvizinhas de Sussundenga sede, deve-se ao facto desta área possuir algumas vantagens de produção, como por exemplo, a existência de infra-estruturas rurais como residências, armazéns, represas de águas ou a proximidade das vias de acesso e a sede distrital, considerado de ponto de partida para vários centros comerciais.

Nestes conflitos, os camponeses, por insegurança jurídica e fraca percepção da nova lei de terras, são deslocados à terras marginais<sup>28</sup>. Às vezes, os camponeses são aliciados por algum dinheiro em troca da sua deslocação às terras marginais, onde obtém baixos rendimentos agrícolas e, conseqüentemente à pobreza de muitos camponeses.

Esta situação, associada à fraca possibilidade de promoção do empresariado nacional, relacionadas à dificuldade de acesso ao crédito e à falta de mercado dos produtos agrícola, só poderá criar desigualdades e conflitos sociais.

A política nacional de terras pretende a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento económico do sector familiar e promoção do investimento comercial sem prejudicar as comunidades locais (MAP, 1997b).

Embora a nova lei de terras possa conduzir à segurança de posse de terras, com a fragilidade institucional e fraca percepção desta na área de estudo, os camponeses continuarão a ser expulsos para terras marginais.

Porque a terra é o principal recurso de produção da população, o alívio à pobreza, também depende da segurança de posse de terra do sector familiar e do acesso à terra à mulher rural (Negrão, 1997b).

---

<sup>28</sup> Terras marginais são todas aquelas frequentemente inférteis, localizados em lugares de difícil acesso ou longe das vias de acesso e dos locais com certos serviços sociais ou do mercado.

#### **4.6. CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA PARA O ALÍVIO À POBREZA**

O desenvolvimento agrícola pode contribuir significativamente para o crescimento económico, estimulando o crescimento dos sectores não agrícolas, o que resultará no incremento dos postos de trabalho, na segurança alimentar e, conseqüentemente, na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população.

O incentivo ao investimento agrícola em Sussundenga pode permitir a instalação de infra-estruturas rurais como estradas, imóveis, incluindo agro-indústrias, o que criará postos de emprego para uma parte da população; também pode reduzir o seu isolamento económico através da dinamização das trocas campo-cidade, onde o campo fornecerá alimentos e matéria prima à cidade e desta, o campo receberá produtos manufacturados e factores de produção.

A existência de agricultores (comerciais) na área de estudo contribuirá significativamente na transferência de tecnologia moderna aos camponeses, o que permitirá o aumento da sua produção e produtividade agrícolas.

Assim, o incentivo à produção agrícola comercial pode resultar no desenvolvimento rural e no alívio à pobreza.

O MAP (1997a), também apresenta um programa de desenvolvimento agrícola integrado e sustentável. Para o mesmo objectivo, Negrão (1997b), refere a necessidade de garantir a segurança de posse dos produtores e do controle do uso sustentável dos recursos naturais.

O alívio à pobreza e a melhoria das condições de vida da população não passa somente pelo desenvolvimento agrícola privado. Portanto, deve-se orientar para o desenvolvimento de uma agricultura integrada e sustentável, onde o sector familiar deve se transformar em sector orientado à comercialização dos produtos agrícolas. Pois, o

desenvolvimento agrícola privado pode não beneficiar plenamente para o alívio à pobreza e melhoria das condições de vida da população devido as razões seguintes:

- A fragilidade institucional, sobretudo, na fiscalização dos procedimentos de concessão de terras e a fraca percepção da nova lei de terras por parte dos camponeses, estes serão expulsos para terras marginais, onde se continuarem com o uso de técnicas agrícolas rudimentares, associadas à uma rápida degradação ambiental, terão baixos rendimentos e produtividade agrícolas (MAP, 1997a);
- Embora os agricultores comerciais possam ocupar uma parte significativa da população economicamente activa, os salários serão baixos e, não irão satisfazer plenamente as suas necessidades básicas. Pois, segundo o PNUD (1998) e Negrão (2000), o isolamento económico das áreas rurais eleva o custo de vida da população;
- O rápido crescimento populacional, com uma taxa de 3,8 % por ano, uma eventual exploração de grandes superfícies por parte dos agricultores privados e uma degradação ambiental resultante das suas técnicas rudimentares de cultivo, terão como consequência, uma escassez de terras para o sector familiar e
- A inexistência de estudo de capacidade de carga da terra, do zoneamento agro-climático e de um plano de uso de terra, dificultarão uma melhor orientação do desenvolvimento sectorial (MAP, 1997b).
- À semelhança da “modernização” e da “revolução verde”, o investimento comercial pode favorecer os grandes agricultores e empobrecer cada vez mais, os camponeses (Negrão, 1998).



#### 4.7. ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA PARA ALÍVIO À POBREZA

Em muitos países em vias de desenvolvimento, o alívio à pobreza e a melhoria das condições de vida da população estão, em muitos casos, dependente do desenvolvimento rural e particularmente, do desenvolvimento agrícola (BM, 1997).

A redução da pobreza é um processo complexo que requer políticas macroeconómicas e sectoriais (Psacharopoulos & Nguyn, 1997).

Devido às potencialidades agrícolas da área de estudo, a prioridade do desenvolvimento agrícola, reveste-se duma particular importância no alívio à pobreza, dado que a maior parte da população tem a produção agrícola como a sua principal fonte de subsistência e de rendimento.

Porém, a falta de mercado dos produtos agrícolas constitui a principal limitação na produção agrícola. Esta limitação surge do facto das cidades (principais áreas de consumo) alimentarem-se fundamentalmente dos produtos importados do exterior e do elevado custo da produção e de transporte nacionais, onde o produto importado fica muito barato que o nacional. Para além de donativos que o país recebe de outros países, as cidades do corredor da Beira consomem essencialmente produtos importados do Zimbabwe e, as do Sul, consomem produtos da Suazilândia e da África do Sul. Este facto desencorajaraja consideravelmente os agricultores e os camponeses à produção nacional.

Em Moçambique, a limitação das importações com vista ao incentivo da produção nacional, elevará os custos ao consumidor, pois, requer um nível elevado de produção interna e não se dissocia da promoção das exportações, para assegurar a importação de factores de produção (Cardoso, 1994; Negrão, 2000).

Mas, os preços dos produtos agro-industriais dos países do Sul não conseguem competir com os preços subsidiados dos países desenvolvidos. Isto dificulta o equilíbrio da balança de pagamentos (Negrão, 2000).

Em relação às vias de acesso, Sussundenga possui estradas de terra batida que ligam todas sedes dos PA's e transitáveis durante todo o ano. Portanto, o problema do escoamento dos produtos agrícolas está relacionado com o elevado custo de transporte às áreas de consumo, resultante de distâncias longas entre as duas áreas: produção e consumo<sup>29</sup>.

Assim, o Estado deve estimular a mobilização da poupança dos serviços e indústria para o investimento agrário; o auto-emprego no sector agrário tem de gerar cada vez mais rendimentos marginais em dinheiro; deve-se aumentar a poupança nas famílias através da diversificação da produção pela inovação e adopção de tecnologia melhorada; deve-se facilitar o acesso ao crédito, deve-se assegurar a posse de terras a todos produtores e garantir o uso sustentável dos recursos naturais (Negrão, 2000).

Também verifica-se a necessidade de promoção de empresários agrícolas e um grande apoio ao sector familiar através de pequenos programas de financiamento à micro projectos, do fomento pecuário e sobretudo, do incentivo à comercialização agrícola, podendo-se escoar os produtos agrícolas às grandes áreas de consumo, como por exemplo, a cidade de Maputo e outras áreas do país<sup>30</sup>.

A instalação de agro-indústrias na área de estudo, como por exemplo, de moageiras, contribuirá na promoção da produção local, pois, estas irão absorver parte dos produtos agrícolas locais.

---

<sup>29</sup> Vide a teoria de Von Thunen (Found, 1971).

<sup>30</sup> Segundo a entrevista concedida pelo DDADR, em Julho de 2000, desde o período do colonato de Sussundenga até aos meados da década de 1980, Sussundenga fora considerado de grande produtor de cereais na província de Manica. Os agricultores apoiavam aos camponeses na produção através do aluguer do seu equipamento agrícola, onde este podia pagar em dinheiro ou em espécie (depois da colheita) e, também eram principais compradores dos excedentes dos camponeses.

## CONCLUSÃO

Embora o distrito tenha potencialidades agrícolas favoráveis ao desenvolvimento duma produção agrícola rentável e comercial, a sua produção é essencialmente de subsistência, onde o sector familiar pratica fundamentalmente as culturas alimentares, usando tecnologia não melhorada ou rudimentar. As áreas de cultivo são, na sua maioria, inferiores a 2 ha. Mas as famílias que usam tracção animal possuem áreas relativamente superiores.

Dentre diversas causas, a intensificação do conflito armado nos finais da década de 1980 consubstanciada com a falta de mercado dos produtos agrícolas desencorajou os produtores agrícolas, limitando-os à produção de subsistência e ao declínio do uso de tecnologia moderna.

O tipo e qualidade de tecnologia agrícola utilizados influem na produção agrícola: no distrito emprega-se tecnologia rudimentar que resulta no empobrecimento dos solos, como consequência da perda contínua das suas propriedades. Isto conduz ao baixo rendimento e produtividade agrícolas.

As dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas e os baixos preços de compra ao produtor praticados, desencorajam a produção e o investimento agrícolas. Portanto, o funcionamento deficiente do mercado constitui a principal limitação ao desenvolvimento agrícola, o que explica-se pela importação de produtos externos e pelo elevado custo de transporte dos produtos agrícolas das áreas de produção às de consumo.

Não obstante o fraco investimento agrícola, em Sussundenga existe uma grande procura de terras por parte de agricultores privados, o que com a fragilidade institucional e limitações na percepção da nova lei de terras por parte dos camponeses, poderá conduzi-los às terras marginais. Este facto, associado ao empobrecimento dos solos, poderá levar à

escassez de terras aráveis para os camponeses e conseqüentemente, à deterioração das condições de vida da população local e aos conflitos sociais.

O incentivo à produção e comercialização agrícolas através de algumas alternativas como o investimento agro-industrial, a obtenção de maiores rendimentos no auto-emprego agrícola, a adoção de tecnologia melhorada, a concessão de crédito, a segurança da posse de terras e controle do uso sustentável dos recursos naturais, influem no desenvolvimento agrícola. Mas o alívio à pobreza e a melhoria das condições de vida da população dependem também do desenvolvimento agrícola e sustentável baseado nas iniciativas locais



## SUGESTÕES

Para se garantir o desenvolvimento agrícola e o alívio à pobreza da população local sugere-se:

- A promoção do investimento agrícola, tomando uma especial atenção ao empresariado nacional e à necessidade da transformação da pequena produção familiar à uma produção mais orientada ao mercado. Neste processo, deve-se priorizar o desempenho e as iniciativas dos beneficiários;
- A planificação participativa de modo a assegurar o envolvimento das comunidades no processo de desenvolvimento agrícola;
- A elaboração de um plano de uso de terras à nível distrital para garantir uma melhor orientação do desenvolvimento agrícola;
- O melhoramento das vias de transportes e comunicações de forma a integrar espaços remotos no processo de desenvolvimento;
- Expansão da rede de extensão rural à todos agregados familiares;
- Formação de comissões comunitárias para o controle e uso sustentável dos recursos naturais;
- A continuação da divulgação da nova lei de terras para garantir a segurança da posse de terras aos produtores e
- A Continuação do programa do fomento pecuário para garantir o uso de tracção animal na actividade agrícola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR & PNUD (1996) - **Perfis de desenvolvimento distrital, distrito de Sussundenga**, Maputo.
- ALEXANDER, Jocelyn (1994) - "Terra e Autoridade Política no Pós-guerra em Moçambique: o caso da Província de Manica" In: João P.S. Coelho (ed.), **Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, nº 16, Especial, Maputo, p. 5-9.
- ANDRADE, Ximena (1996) - **Apontamentos da Cadeira de Geografia Agrária**, Faculdade de Letras, Curso de Geografia, UEM.
- AMIR, Samir & VERGOUPOLOS, Kostas (1978) - **A questão camponesa e o capitalismo**, sl.
- ARAÚJO, M.G.M. (1997) - **Geografia dos Povoamentos: Assentamentos Humanos e Urbanos**, Livraria Universitária, Maputo.
- ARAÚJO, M.G.M. (1998) - **População e meio ambiente, a procura de novos Caminhos**, oração de sapiência por ocasião da abertura do ano lectivo 1998/99, Maputo, UEM.
- BALMACEDA, Raúl C. R. (1993) - "El Desafio Poblacional del siglo XXI, una apreciacion geográfica", In: **El desafio Poblacional del siglo XXI: Uma apreciacion geográfica**, nº 1, p. 9-16, Buenos Aires.

- BM (1997) - **Rural Development, From Vision to Action**, Sector Strategy, Washington.
- CARDOSO, F. Jorge (1993) - **Gestão e Desenvolvimento Rural**, Moçambique no contexto da África sub-sahariana, Lisboa.
- CARRILHO, João; FAKIR, Leopordina D. & MASSINGA, Júlio (1993) - **Plano Social do Sector Agrário em Moçambique: Contribuições para o Programa de Reconstrução Nacional**, Maputo.
- CHILUNDO, Arlindo G. e CAU, B.M. (1999) - **Organização das comunidades no actual contexto agrário em Moçambique**, Maputo.
- CHONGUIÇA, Ebenizário (1989) - "Agricultura e meio ambiente", In: Extra nº 2, Revista para o desenvolvimento e extensão rural, **V congresso e o desenvolvimento rural**, Maputo, p. 10-14.
- CHONGUIÇA, Ebenizário (1997) - "Desenvolvimento Sustentável", in: Emídio Sebastião (ed), **Boa Governação e Desenvolvimento Sustentável**, Colecção desenvolvimento sustentável, Maputo, nº1, pp. 13-19.
- CHORLEY, Richard Y. & HAGGEST, Peter (1979) - **La Geografía y Modelos Sócio-económicos**, Madrid.
- CLEAVER, Revin M. & DONVAN, W.Graeme (1995) - **Agriculture, Poverty and Policy Reform in Sub-Saharan África**, Washington.

CE (1994) - **Uma abordagem holística das formas sustentáveis de utilização dos solos nos países da SADC**, Luxemburgo.

· CONFERÊNCIA DE MINISTROS DA REGIÃO AUSTRAL E ORIENTAL (1994) - **Políticas do sector Agrário**, Maputo.

DPA/MARRP (1990) - **Projecto de Reconstrução Agrária de Sussundenga, área piloto de Manica, Plano da área I**, Chimoio.

DVERGSDAL, Ola (1992) - "Agricultura no Desenvolvimento económico", In: EXTRA nº9, Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural, **Agricultura no Desenvolvimento Económico: Melhoramento das tecnologias não significa apenas utilização de máquinas avançadas, mas também o melhoramento técnico e da organização**, Maputo, pp. 3-8.

FAKIR, Leopordina Dias (1989) - **Distritos Prioritários Programas Gerais de Reabilitação da Produção Agrária nos Distritos Prioritários (PGRPDP)**, Província de Manica, Maputo.

FAO (1986) - **African Agriculture**, sl.

FAO (1987) - **La dinámica de la pobreza rural**, sl.

FERNADES, M. Alice, GAMERO, M. A. Roque, COSTA, António (1984) - **Pequeno Dicionário de Geografia**, Porto Editora, Porto.

- FORTES, Iolanda (1995) - **O Perfil da Pobreza em Moçambique**, Maputo.
- FOUND, William C. (1971) - **A teoretical Approach to Rural land-use Patterns**, London.
- GREEN, Reginald H. (1991) - **A Luta Contra a Pobreza Absoluta em Moçambique**, Maputo.
- INE (1999) - **II Recenseamento Geral da População e Habitação, Resultados Definitivos, Província de Manica**, Maputo.
- JPP (1970) - **Núcleo de Povoamento do Sussundenga - Munhinga**, Lourenço Marques.
- MARRP (1994) - **Relatório de dados de base para o distrito de Sussundengs, Província de Manica, Relatório Preliminar**, Chimoio.
- MICHEL, Paciene (1984) - **Rural Geography**, London.
- MAP (1987) - **Estudo sobre produção agrícola e propostas para o fornecimento de factores (1987 - 1990)**, Masvingo.
- MAP (1990) - **Estudos para Formulação de Programas de Desenvolvimento Agrorural Integrado nos Distritos de Angónia, Sussundenga e Búzi**, Maputo.
- MAP (1991) - **Diagnóstico Provincial do Sector Agrário de Manica, Vol. VI**, Maputo.

MAP (1997a) - **PROAGRI (1998 à 2003): Plano Director da Componente de Produção Agrícola**, Maputo.

MAP (1997b) - **PROAGRI, Componente de terras agrícolas**, Maputo.

MORGAN, W.B. & MUSTON, J.R. (1979) - **Geografia Agrícola**, Barcelona.

MYERS, Gregory (1992) - "A agricultura e Desintervencionamento das Empresas Agrárias Estatais em Moçambique", In: EXTRA nº9, Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural, **Agricultura no Desenvolvimento económico: Melhoramento das tecnologias não significa apenas utilização de máquinas avançadas, mas também o melhoramento técnico e da organização**, Maputo, pp. 9-16.

MYERS, Gregory (1993) - "A Posse de Terra no Moçambique do Pós-Guerra: Limitantes e Conflitos", In: EXTRA nº13, Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural, Maputo, pp. 8-29.

NEGRÃO, José (1997a) - **Repensando as modas de desenvolvimento rural**, Maputo.

NEGRÃO, José (1997b) - **Que políticas de terras para Moçambique?** Maputo.

NEGRÃO, José (1998) - "Land Reform and Community Based Natural Resource Management im Mozambique", in: Mutefpa, F., Dendu, E. e Chenje, M (eds), **Enhancing Land Reforms in Southern Africa**, Reviews on land reform Strategieis and Community Based Natural resources Management, Harare, pp. 23 - 45.

- NEGRÃO, José (2000) - **Desenvolvimento Rural em Moçambique no Contexto teórico Internacional**, por um modelo neo-dependentista, Maputo.
- OLTHOF, W. & PEREIRA, I. (1995) - **Avaliação e Análise do Uso de Terra**, Maputo, UEM.
- PIJENENBURG, Bartolomeu (1996) - **Apontamentos de Introdução á Agricultura**, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM.
- PEREIRA, Inocêncio (1994) - **Apontamentos da Cadeira de Bases Técnico-económicas**, curso de Geografia, 1º ano, UEM.
- PNUD (1998) - **Relatório de Desenvolvimento Humano de Moçambique, Paz e Crescimento Económico: Oportunidades para o Desenvolvimento Humano**, Maputo.
- RAMANAIAH, Kolla V. & TAMELE, A. (1992) - "A Comercialização da Produção Agrícola do Sector Familiar", in: Extra nº 11, Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural, **Comercialização Agrícola**, Maputo, pp. 26-29.
- RAPOSO, Pereira, A.F. (1992) - "A Problemática das Exportações Agrícolas em Moçambique no Período 19930-1985", IN: Extra nº 11, Revista para o Desenvolvimento e Extensão Rural, **Comercialização Agrícola**, Maputo, pp. 2-12.
- SERAGELDIN, Ismail (1989) - **Poverty, Ajustment and Growth in África**, Washington.

SILVA, Benedito et al (eds) (1986) - **Dicionário de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro.

SMALL, John & WITHERICH, Michael (1992) - **Dicionário de Geografia**, publicações Dom Quixote, Lisboa.

SMLER, Kenneth et al (1198) - "Estimativas e perfil da Pobreza", in: MPF, UEM e IIPPA (ed), **Pobreza e bem-estar em Moçambique**, primeira avaliação Nacional (1996-1997), Maputo, pp. 56-254.

UAP (1995) - **Estratégia Para a Redução da Pobreza em Moçambique**, Maputo.



## **CARTAS**

**INIA (1985) – Inventário nacional dos recursos agro-ecológicos, aptidão agro-climática para produção de culturas em sequeiro, Maputo.**

**INIA/DTA (1994) - Carta de solos da Província de Manica, 1/1000000, Maputo.**

**INIA/DTA (1995) - Legenda da carta Nacional de Solos, Comunicado nº73, 1/1000000, Maputo.**

**DINADECA (1998a) - Carta topográfica de Moçambique, fohas nº 70, 71 e 75, 2ª edição, 1: 250000.**

**DINADECA (1998b) - Carta de uso e cobertura de terra de Moçambique, folhas nº 70, 71 e 75, 1: 250000.**

**SPGCM (1989) - Divisão Administrativa do distrito de Sussundenga, 1: 250000, Chimoio.**

# **ANEXO A**

## **ENTREVISTAS**

## Anexo A I

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Produção agrícola para o alívio à pobreza em Sussundenga (1992 – 1999)**

**(Entrevista às autoridades territoriais e experts<sup>1</sup>)**

Local \_\_\_\_\_ Entrevista nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/2000  
Entrevistado \_\_\_\_\_ Sexo \_\_\_\_ Idade \_\_\_\_  
Função que exerce \_\_\_\_\_  
Entrevistador \_\_\_\_\_ sexo \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_

- Principal base do rendimento das famílias (trabalho assalariado, actividade agrícola, comércio formal, comércio informal,...).
- O que a população produz satisfaz as suas necessidades durante todo o ano e porquê?
- Se a produção não for suficiente, como sobrevive (compra os produtos básicos, tem ajuda da família, recebe donativos do Estado ou de ONG's, ...).
- Situação de pobreza no distrito.
- População mais vulnerável à pobreza.

---

<sup>1</sup> Às autoridades territoriais refere-se às autoridades administrativas e tradicionais (administradores, chefes dos postos, régulos e outros) e aos experts refere-se à algumas pessoas especializadas na matéria como extensionistas, técnicos e outros.

- Identificar os principais sectores agrícolas do distrito.
- Tamanho médio das parcelas de cultivo (em Ha).
- Instrumentos agrícolas utilizados na machamba ( charrua de tractor, charrua de tracção animal, enxada, catana, ancinho e machado, ...).
- Principais técnicas usadas na produção agrícola (rotação de culturas, consociação de culturas, prática de queimada, ...).
- Tipo de mão-de-obra empregues no cultivo (assalariada, familiar, " Mutraquita", ...).
- Tipos de culturas praticadas.
- destino da produção ( consumo, consome grande parte e a outra vende, vende, ...).
- Onde os produtores conseguem as sementes que usam na machamba (compra, reserva da colheita anterior, provém de donativos, ...).
- Tipo de agricultura ( sequeiro ou de irrigação).
- Situação da rede de extensão rural e sua área de cobertura à nível distrital.
- Informar-se se existe algum apoio do Estado ou de uma outra organização na produção agrícola.
- Dados da evolução do rendimento agrícola.
- Factores que contribuíram para a evolução do rendimento agrícola no período 1992-1999.
- Principais culturas de rendimento praticadas.

- Problemas que limitam a produção agrícola (infertilidade dos solos, frequente irregularidade das chuvas, uso de técnicas agrícolas rudimentares, juros de créditos agrícolas inacessíveis, falta de escoamento de produtos agrícolas, dificuldades na obtenção de terras férteis, elevadas taxas de impostos aos agentes comerciais, descontinuidade de terras aráveis, ...).
- Como a população conserva o seu produto agrícola e saber se as suas formas são seguras.
- Relacionar os rendimentos agrícolas com a possibilidade de melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares.
- Sua opinião sobre formas de melhoramento da produção agrícola do distrito (melhorar a tecnologia, garantir o escoamento dos produtos agrícolas, desenvolver infra-estruturas rurais, ...).
- Situação da rede de comercialização agrícola.
- Local de venda e tipo de compradores dos produtos agrícolas.
- Preços dos principais produtos agrícolas.
- Variação dos preços de comercialização agrícola ao longo do ano e sua causa.
- Saber se os preços de compra ao produtor são satisfatórios e porquê.
- Condições das vias de acesso no distrito.

- Formas de concessão de terras na sua [localidade] (cedida pelas autoridades administrativas, cedida pelas autoridades tradicionais, cedida pelos parentes, arrendada, emprestada, comprada, ...).
- Existência de conflitos de terra, suas causas e formas de resolução.
- Situação de problemas ou risco de erosão, suas causas e medidas de prevenção ou combate.

## Anexo A2

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**Produção agrícola para o alívio à pobreza em Sussundenga (1992 – 1999)**

**(Entrevista aos agricultores locais)**

Data da entrevista \_\_\_/\_\_\_/2000                      Entrevista n.º \_\_\_\_\_

Posto Administrativo \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Quarteirão n.º \_\_\_\_\_

Entrevistado(a) \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_ Sexo \_\_\_\_\_

N.º Ag. familiar \_\_\_ N.º de esposas \_\_\_ N.º Filhos \_\_\_ Quantos vão à escola \_\_\_

- Principal base do rendimento familiar (trabalho assalariado, actividade agrícola, comércio formal, comércio informal,...).
- Existência de algum membro com actividade não agrícola no agregado, tipo e local de trabalho.
- Número de machambas que o agregado familiar possui.
- [Se tiver mais de uma] Porquê possui [n.º de machambas] machambas ( para aumentar o volume de produção, descontinuidade do solo arável, ...).
- Tamanho da(s) sua(s) machambas(s) (em Ha).
- Saber se nas últimas 3 campanhas agrícolas, semeou em toda(s) machambas(s) e porquê?
- Possui algum apoio do Estado ou de uma outra organização na produção agrícola?

- Instrumentos agrícolas que utiliza na sua machamba ( charrua de tractor, charrua de tracção animal, enxada, catana, ancinho e machado, ...).
- Técnicas agrícolas que usa na produção agrícola (rotação de culturas, consociação de culturas, pousio, sistema de queimada, ...).
- Tipo de agricultura ( sequeiro ou de irrigação).
- Onde consegue as sementes que usa na machamba (compra, reserva da colheita anterior, provém de donativos, ...).
- Tipos de mão-de-obra que usa na sua machamba (assalariada, familiar, “ Mutraquita” ..).

\* Principais culturas praticadas.

- Destino da sua produção (consumo, consome grande parte e a outra vende, vende, ...).
- Quantidades de produtos que usa para o consumo (em galão, lata, sacos, kg, ton. ...).
- [Se vende] Que quantidades produz para a venda (em galão, lata, sacos, kg, ton, ...).
- Local de venda e tipo de compradores do seu produto agrícola.
- O que produz satisfaz as suas necessidades durante todo o ano e porquê.
- Como é que satisfaz as suas necessidades no caso da sua produção ser insuficiente (compra os produtos básicos, tem ajuda da família, recebe donativos do Estado ou de ONG's, ...).
- Nas três últimas campanhas, para cada uma das suas principais culturas, saber as quantidades que produziu.



- Saber que factores contribuíram na evolução do seu rendimento agrícola nas três últimas campanhas.
- Saber se produz algumas culturas de rendimento e quais.
- Saber como e porquê variam os preços de comercialização agrícola ao longo do ano.
- Saber se os preços de compra ao produtor são satisfatórios e porquê.
- Como transporta os produtos da machamba para casa e mercado [se vende] (leva na cabeça, leva na carroça, leva no tractor ou carro, ...).
- [Se vende o seu produto agrícola] O que faz com o dinheiro que consegue (usa nas despesas da casa, paga a educação dos filhos, compra instrumentos agrícolas, usa na compra ou arrendamento de terras, ...).
- Como conserva o seu produto agrícola e saber se as suas formas são seguras.
- Como geralmente é feita a concessão de terras na sua [localidade] (cedida pelas autoridades administrativas, cedida pelas autoridades tradicionais, cedida pelos parentes, arrendada, emprestada, comprada, ...).
- Como o(a) senhor(a), obteve a(s) machamba(s) que possui.
- Informar se sobre existência de conflitos de terra e das suas causas [se existem].
- Que problemas limitam a sua produção agrícola (infertilidade dos solos, frequente irregularidade das chuvas, uso de técnicas agrícolas rudimentares, juros de créditos agrícolas inacessíveis, falta de escoamento de produtos agrícolas, dificuldades na obtenção de terras férteis, elevadas taxas de impostos aos agentes comerciais, descontinuidade de terras aráveis, ...).

- Explorar a relação do rendimento agrícola com a contribuição no melhoramento da qualidade da vida do seu agregado familiar.
- Obter a sua opinião sobre formas de melhoramento da produção agrícola do distrito (melhorar a tecnologia, incentivar o investimento agrícola, garantir o escoamento dos produtos agrícolas, desenvolver infra-estruturas rurais, ...).

## **ANEXO B**

### **QUADRO**

**Quadro B: Superfícies e localidades segundo Posto Administrativo**

<b>Posto administrativo</b>	<b>Superfície (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Localidade</b>
Sussundenga	1453	Matica Sussundenga Nhaurombe Munhinga
Rotanda	1400	Rotanda Mussapa
Muôha	934	Muôha Mupandeia
Dombe	3205	Javera Mabaia Muoco Matacara

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo 97, MARRP (1994) e entrevistas concedidas pelo chefe da secretaria da Administração local.

# ANEXO C

## TABELA

Tabela C: Produção e área de cultivo por cultura e campanha agrícola (1994 – 1999)

Cultura	Campanha 1994/95		Campanha 1995/96		Campanha 1996/97		Campanha 1997/98		Campanha 1998/99	
	Prod (ton)	Area (ha)	Prod (ton)	Area (ha)	Prod (ton)	Area (ha)	Prod (ton)	Area (ha)	Prod (ton)	Area (ha)
<b>Milho</b>	37498	30700	41804	34669	40547	32329	31488	29988	40000	31986
<b>Mapira</b>	4111	6140	4645	6933	4086	6099	4107	6130	4410	6300
<b>Mexoera</b>	368	614	415	693	365	609	433	721	4410	730
<b>Feijões</b>	162	307	183	346	365	609	721	382	438	433
<b>Amendoim</b>	113	170	137	205	203	304	1733	361	730	365
<b>Mandioca</b>	1316	329	1388	346	1459	404	1733	361	1845	365
<b>Algodão</b>	41	59	208	298	96,9	243	97	262	365	365
<b>Tabaco</b>	-	-	-	-	30	30	50	50	29	58
<b>Girassol</b>	11	37	4	9	36	91	44	110	50	84
<b>Total</b>	<b>43620</b>	<b>38356</b>	<b>48784</b>	<b>43500</b>	<b>17187</b>	<b>40718</b>	<b>40406</b>	<b>38365</b>	<b>46828</b>	<b>39700</b>

Fonte: DDADR, Sussundenga, Julho de 2000

Pedro Castigo

ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO DISTRITO DE  
SUSSUNDENGA (1992-1999).

"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção  
do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane"

Supervisora: dr<sup>a</sup> Rosita Alberto

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Maputo, Dezembro de 2000

F. LETRAS U. E. M.	
R. E.	27746
DATA	11/12/00
ADQUIÇÃO	Roberto
COTA	GT-8

621.152  
C381a

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

---

Pedro Castigo

Dezembro 2000



## ABREVIATURAS

- ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- BM – Banco Mundial
- CE – Comissão Europeia
- DDADR – Director Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
- DINAGECA – Direcção Nacional de Geografia e Cadastro
- DTA – Departamento de Terra e Aguas
- EP2 – Escola Primária do 2º Grau
- II RGPB – Segundo Recenseamento Geral da População e Habitação
- IIPPA – Instituto Internacional de Pesquisas em Políticas Alimentares
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- INIA – Instituto Nacional de Investigação Agronómica
- JPP – Junta Provincial de Povoamento
- MAP – Ministério de Agricultura e Pescas
- MARRP – Mozambique Agricultural Rural Rehabilitation Program
- MIAF – Inquérito Nacional aos Agregados Familiares Sobre as Condições de  
Vida em Moçambique
- MPF – Ministério do Plano e Finanças
- PA – Posto Administrativo
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SPGCM – Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro de Manica
- UAP – Unidade de Alívio à Pobreza
- UEM – Universidade Eduardo Mondlane

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, à minha família e amigos que aguardaram este momento com muita expectativa.

## CURRICULUM VITAE

### Identificação:

Nome: Pedro Castigo

Data de nascimento: 10/04/1972

B.I.nº-5867475, emitido em Chimoio, aos 29 /06/98

Filiação: Gabriel Mupumbane Castigo e Maria Grinha Chibueia

Naturalidade: Dombe, distrito de Sussundenga-Manica

### Formação académica:

1979 - 1984 Frequentou o ensino primário na escola Bloco Nove, em Chimoio

1985 - 1986 Frequentou o ensino secundário na Escola secundária Samora M. Machel, em Chimoio

1987 - 1990 Frequentou o ensino básico geral na Escola Industrial e Comercial Joaquim Marra- Chimoio

1991- 1993 Fez o ensino médio-secção de letras, ainda na Joaquim Marra

1994 - Ingressou ao ensino superior, onde frequenta o curso de Geografia

### Experiências profissionais:

1994 - Foi formador de direitos da Criança em Chimoio, evento organizado pela UNICEF

1997 - Foi formador local do II RGHP em Manica

- Foi admitido no Arquivo Histórico de Moçambique, Sector de Cartografia, onde trabalha em regime de tarefas

- Participou em Workshop sobre análise e tratamento da informação censitária no âmbito do projecto MOZ/95/PO2 no Centro dos Estudos de População da UEM

1998 - Participou na capacitação em documentação orientada pela Drª Ana Maria, no AHM.

- Frequentou um curso de formação profissional na área de catalogação de acordo com as normas ISBD e carregamento de registos bibliográficos em DOC.BASE no AHM

**Linguas**

Fala Ndau e português

**Residência**

Residência Universitária nº8, Karl Marx

# **ANEXO D**

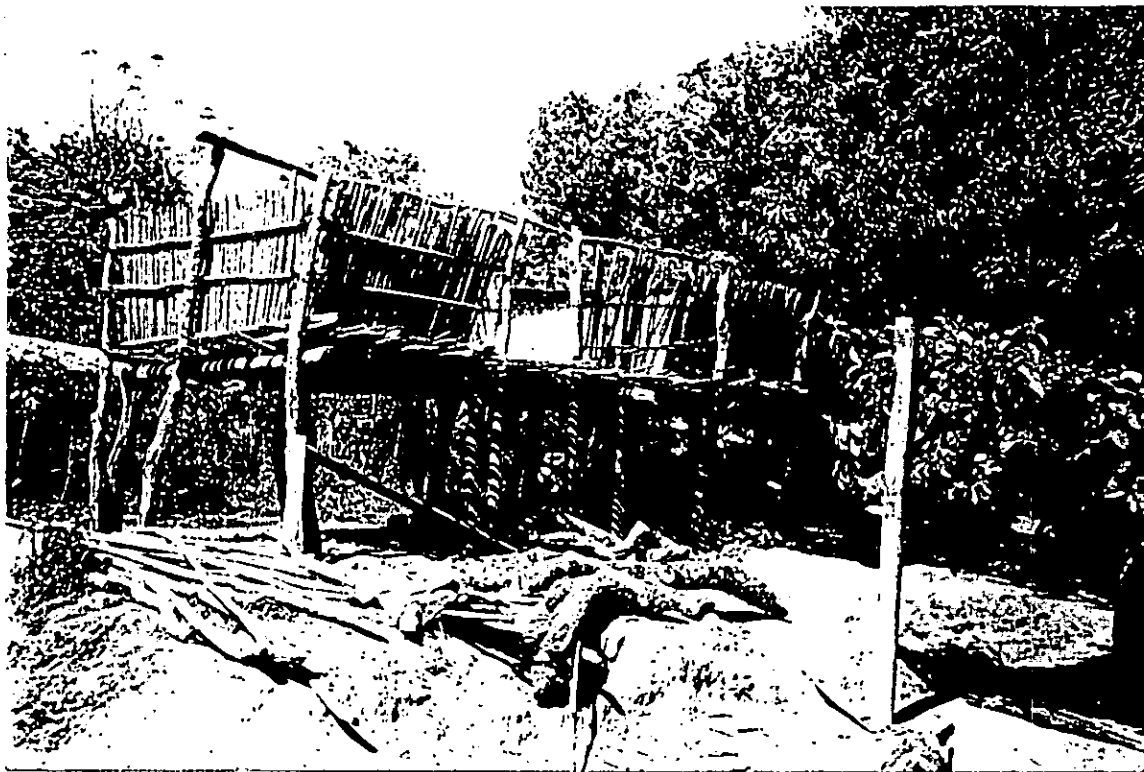
## **FOTOS**



D 1: Dombe - batelão e canoas para a travessia do rio Lucite  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000



D2: Sussundenga sede, bairro da Unidade - tipo de palhota frequente no distrito.  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000



D 3: Sussundenga sede, bairro 25 de Junho - celeiro de milho feito de pau a pique.  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000



D 4: Dombe - um acampamento de compradores informais de milho.  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000



D 5: Sussundenga sede - vendedores informais de milho.  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000



D 6: Sussundenga sede - Erosão no bairro Muzoriha  
Foto: Pedro Castigo, Julho de 2000